

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



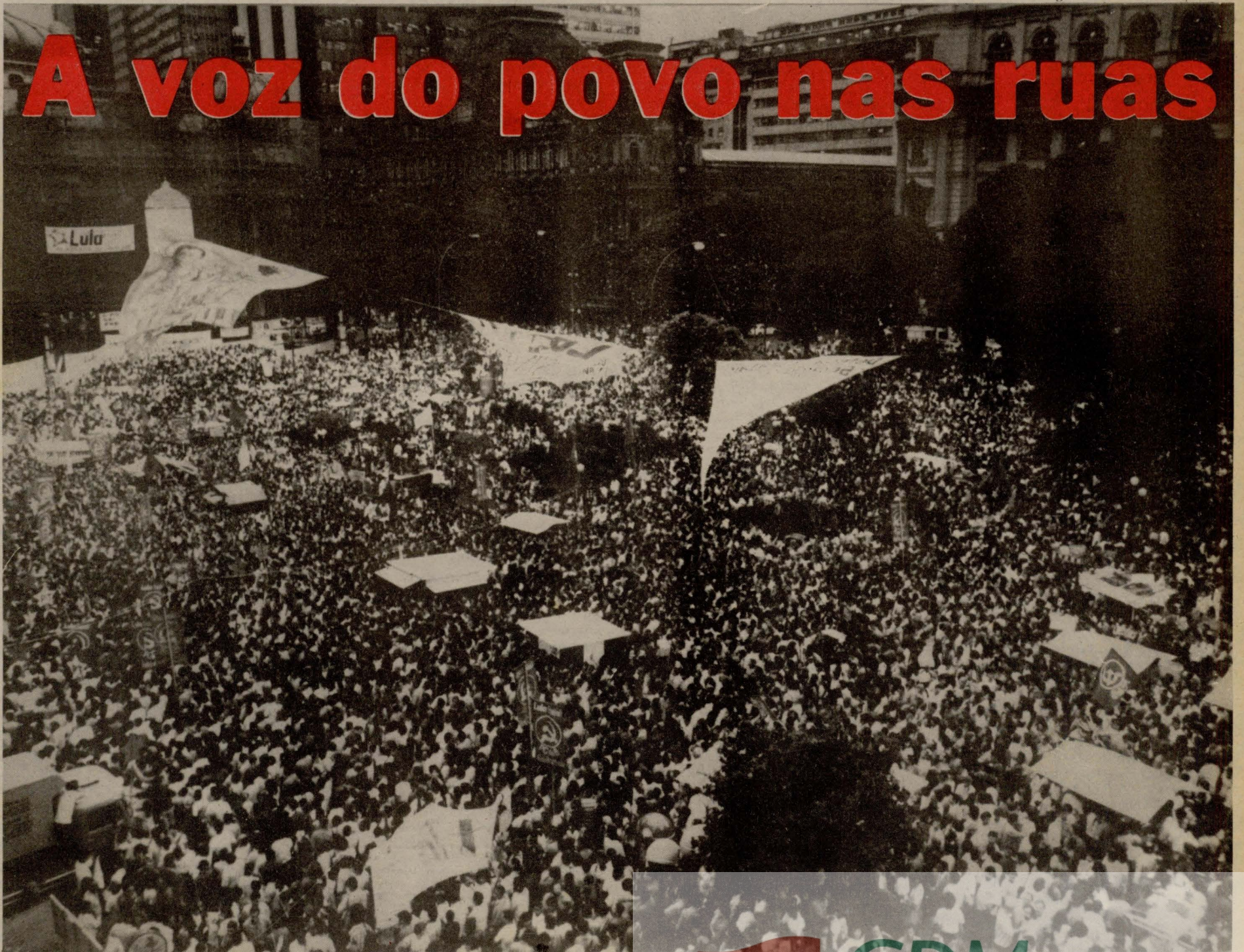
ANO 65 — VI FASE — Nº 30 — DE 19/10 A 01 DE NOVEMBRO DE 1989

NCz\$ 3,00

LULA-LÁ!

Aguinaldo Zordenoni / Foton

A voz do povo nas ruas



O Rio de Janeiro foi palco, dia 17 de outubro, de uma apoteótica manifestação de massas, um comício que mobilizou mais de 80 mil pessoas na Cinelândia. O palanque, situado em frente ao histórico Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal, reuniu os representantes dos partidos da Frente Brasil Popular e um sem número de apoiadores da coligação de esquerda. No dia seguinte, em

Belo Horizonte, apesar da intensa chuva, cerca de 60 mil pessoas consagraram em outro grande comício a candidatura de Lula. Leia na página 5 a cobertura do comício no Rio, nas páginas 6 e 7 uma análise sobre as possibilidades de vitória da FBP e as reações da direita e, ainda, detalhadas informações sobre a campanha no suplemento *A campanha em marcha*.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA
Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins
Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes
Fotografia: Aguinaldo Zordevoni
Arquivo: Rosane e Montiel
Administração e Assinaturas: Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP.
Telefone: (011) 36-7531
Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPIRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAIBA — R. Almeida Barreto, 273, tel. (083) 222-4413, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzana, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434 - CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju;

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, folheto e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Por uma juventude que critique e questione

Dentre os variados aspectos necessários para uma formação sadia e satisfatória dos jovens deste país, cabe com certeza um lugar de destaque à reflexão filosófica. Ela é responsável pelos questionamentos e atitudes críticas perante a realidade, sem os quais não há possibilidade de uma intervenção conseqüente e lúcida diante do mundo.

Ao longo de nossa história, a burguesia tem se mostrado pródiga na criação de mil e um mecanismos ideológicos de dominação e alienação da consciência coletiva das massas, particularmente da juventude. Tem em mente idiotizar esta camada da sociedade, cuja característica principal é a sua constante tendência para buscar o novo.

A existência a nível secundário de uma disciplina voltada para a necessidade de conhecermos as causas, os porquês de tudo que existe é sem dúvida de importância fundamental para a formação e desenvolvimento de uma consciência crítica e questionadora entre a juventude, devendo portanto ser encarada como importante bandeira de luta por educadores e setores comprometidos com o avanço social e a conseqüente construção do homem novo.

Nenhum país, por mais desenvolvido que seja, pode prescindir do estudo da filosofia no seu sistema educacional. O mundo se transforma, se desenvolve num ritmo cada vez mais rápido e intenso, e a filosofia aborda justamente essa problemática: a reflexão sobre o mundo visto em constante mutabilidade. Nenhum conhecimento é eterno, estando sempre subordinado às mudanças ocorridas nas relações sociais de produção que, devido à rapidez com que as forças produtivas têm se desenvolvido, estão se mostrando como uma possibilidade cada vez mais real e palpável. O pensamento filosófico objetiva acompanhar esse processo, e mais do que isso objetiva intervir no mesmo com a finalidade de transformá-lo, ficando claro que isso só ocorre quando esse pensamento possui um conteúdo dialético e revolucionário.

A juventude é vida, energia, compromisso com o novo. Possui, por tudo isso, uma profunda identidade com a filosofia, daí a extrema necessidade dessa aliança

rumo a uma nova sociedade composta de homens novos e livres em todos os aspectos, capazes de contribuir efetivamente para a construção da verdadeira história de humanidade, que aos poucos está sendo escrita. (Valdir Estrela, Salvador, BA)

Alguns comunistas não defendem música popular

A "Classe Operária" está de parabéns pela publicação no n.º 29 de excelente matéria com o Sivuca: um dos grandes mestres de nossa tão atacada música. Acredito que de fato é este o caminho de um jornal que pretende ser a vanguarda escrita da revolução socialista no Brasil.

O mestre Sivuca demonstra ter um excelente senso de discernimento ao saber reconhecer a boa música, diferenciando aquela que é "promovida" pela mídia eletrônica da que é criada com carinho e talento do próprio povo. Concordo plenamente com o nosso "cabelo de milho", pois vivemos numa época em que as classes dominantes, que têm a posse dos instrumentos de comunicação, difundem a sua música pretensamente universal e tentam inculcar no povo a idéia de que é somente aí que se encerra o conceito de música, ou seja, tudo aquilo que não é difundido pela mídia eletrônica é "caretece". O pior é que percebemos que mesmo alguns comunistas se deixam levar por esta sofismática tese, e não analisam com a devida profundidade crítica este tema, que joga um papel tão importante na senda revolucionária. (Pedro Carvalho Lopers, São Paulo, SP)

Moradores de Olinda dão apoio à Conam

Nos dias 22, 23 e 24 de setembro, em Olinda (PE), a União das Associações e Conselhos de Moradores do município promoveu seminário para discutir um plano de lutas e seu posicionamento em relação às eleições presidenciais. Participaram vinte associações.

Durante as discussões ficou claro que todos os problemas que o povo enfrenta estão relacionados com a necessidade de promover uma ampla reforma agrária no país; de nos libertarmos de nossa dependência em relação ao capital estrangeiro; de promover estas duas transformações essenciais para resolver, com base numa nova estrutura social, os problemas que afligem o povo.

Dentre as várias bandeiras de luta aprovadas estão a suspensão do pagamento da

dívida externa; a reforma agrária; o combate à especulação financeira e imobiliária; a democratização do Estado e fim do militarismo; a defesa da Amazônia; a aplicação das conquistas sociais consagradas na nova Constituição; a reforma urbana; a estatização dos serviços de saúde e educação; e a mudança dos currículos escolares, visando construir um sistema de ensino voltado para as necessidades da população e seu autêntico desenvolvimento intelectual.

O seminário discutiu também os problemas específicos enfrentados pela população de Olinda. Decidiu lutar contra os aumentos abusivos das passagens de ônibus; a construção do Hospital de Olinda em área central (Sobradinho); participação popular na Cohab; que a questão social prevaleça sobre a propriedade privada nas ocupações de terrenos; criação do Conselho Popular de Abastecimento e de cooperativas nos bairros; e que a Prefeitura Municipal respeite o decreto que regula a área rural de Olinda.

Ao final, o seminário aprovou a posição da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) sobre a sucessão presidencial, e decidiu promover um debate sobre sucessão presidencial em 8/10, como parte da intervenção do movimento comunitário nesta disputa política fundamental para o futuro do país. (Augusto Semente, vice-presidente da União de Olinda).

Três opiniões sobre "A Classe Operária"

Companheiros da "Classe", Desta vez vocês exageraram! Parabéns! Página a página, o número 28 da "Classe" está excelente. Todo. Haroldo Lima/sobre o PCdoB na Frente; João Amazonas acerca da unidade do povo; Ronald Freitas explicando a relação com a CUT como passo adiante na luta pela unidade do movimento sindical. Rogério Lustosa preciosíssimo na defesa da concepção leninista das alianças que interessam ao proletariado revolucionário. A cobertura do comício da Sé. A entrevista com o professor Jorge de Souza sobre as pesquisas eleitorais.

P.S. Lula irá ao segundo turno. Está escrito na cara do povo, com o aval das multidões da rua. (Luciano Siqueira, presidente do PCdoB em Pernambuco)

Compro quando posso "A Classe Operária", pois simpatizo e defendo as idéias do PCdoB.

Sou professora de História do Brasil e de Sociologia da educação no ensino de segundo grau, e a "Classe" tem me ajudado muito nas discussões que faço com meus alunos. Por esta e muitas outras razões, especialmente de ordem ideológica, gostaria de fazer a assinatura trimestral de apoio ao jornal. (Denise, Rio Claro, SP).

Desejo fazer minha assinatura da "Classe Operária". Gostaria de destacar meu apoio aos trabalhos desenvolvidos pelos companheiros da redação e seus colaboradores, por estarem fazendo um trabalho de imprensa a serviço do povo no decorrer desses anos de existência. Uma imprensa que leva informações e mensagens não só aos leitores mas também ao conjunto da militância comunista, que se organiza e luta de forma mais profunda o trabalho da militância, e a derrotar pouco a pouco a síndrome do capitalismo (José Daniel Cupertino, Itaquera, S. Paulo).

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
 Endereço.....
 CEP.....Cidade.....Estado.....
 Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 18,00

Assinatura semestral: NCz\$ 36,00

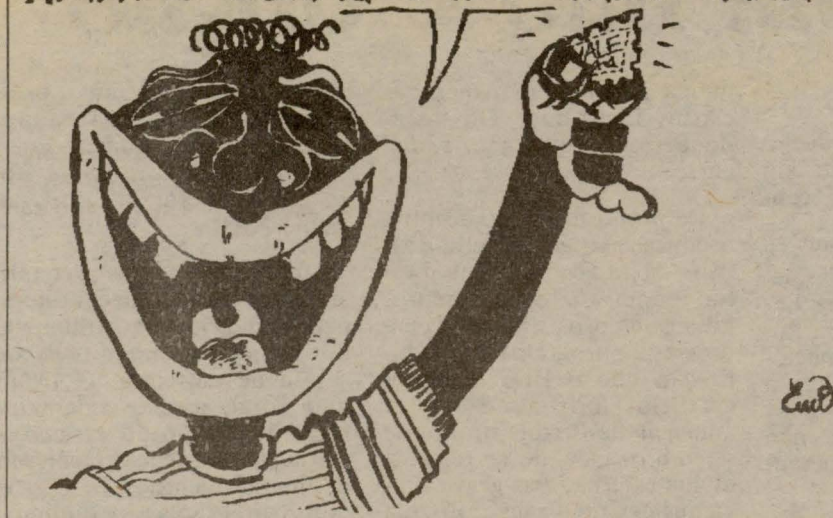
Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal a

Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

AMATO: OLHA QUI TEU VALE-TRANSPORTE!



EDITORIAL

O alarme da consciência

A História das nações e dos povos, pródiga em ensinamentos, revela que nos momentos cruciais anunciadores das grandes viradas soa forte o alarme da consciência de classe.

A chuva ácida de ataques à Frente Brasil Popular e a seu candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, iniciada com as declarações impatrióticas do presidente da toda poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, seguida do bombardeio anti-comunista perpetrado por Maluf, pelas previsões de incêndio feitas por Collor de Mello e pela grosseira catilinária anti-Lula encenada por Leonel Brizola, constituem apenas o primeiro sinal de que soou forte o alarme da consciência de classe das elites.

A burguesia, seus patrões imperialistas e os latifundiários radicalizam suas posições a partir da evidência de que Lula é um forte concorrente ao segundo turno e de que, virada a página da luta eleitoral, o Brasil pode inaugurar um novo capítulo em sua história, com a instauração de um governo democrático e popular e a implantação de um novo projeto político, econômico e social que altere profundamente os rumos do desenvolvimento nacional.

O alarme soou forte porque são grandes os interesses em jogo. Estas eleições decidirão se o Brasil continuará um país dependente, agrilhoado por um modelo econômico-social e instituições retrógradas ou se abrirá os caminhos da independência, do progresso, da justiça e da liberdade. Diante de tamanho dilema, que é a essência mesma da nossa encruzilhada histórica, não podia ser outra a reação dos poderosos. E pode-se prever que até o dia 15 de novembro e daí até a realização do segundo turno o tom da orquestração direitista só tenderá a se elevar.

Há dois objetivos claros nessa flexão das classes dominantes. O primeiro é confundir o povo através da tática de terra arrasada, verdadeiro terrorismo e chantagem eleitoral. Quer-se criar um clima psicológico de amedrontamento e, por meios artificiosos, equiparar a vitória da es-

querda a uma tragédia nacional. O outro objetivo é pôr na defensiva a Frente Brasil Popular fazendo-a recuar em suas posições, moderar o discurso e renunciar a seus compromissos de promover autênticas transformações no país.

Mas a História ensina também que em momentos de confronto político agudo como este soa com mais força ainda o alarme da consciência das classes populares e trabalhadoras. Aliás, foi a elevação do grau de consciência, provocado por uma dura experiência de lutas, que fez o povo brasileiro abraçar a candidatura de Lula, o programa da Frente Brasil Popular e se sentir esperançoso com a unidade forjada entre os partidos de esquerda. Foi este amadurecimento que levou o povo brasileiro a desmentir nas ruas ao longo de toda a campanha as pesquisas de fancaria e as mentiras divulgadas pelos grandes meios de comunicação.

Assim, o alarme da consciência das classes trabalhadoras indica a elas e aos seus lutadores de vanguarda reunidos na Frente Brasil Popular que é chegada a hora de reagir com firmeza, energia e coragem à desembestada ofensiva da direita. A campanha da Frente Brasil Popular cresceu e abre largas veredas para conquistar a vitória porque transmitiu a mensagem que o povo brasileiro anseia há muito tempo ouvir. E a vitória somente será plausível se esta mensagem for reafirmada, repetida, didaticamente explanada para milhões e milhões de brasileiros.

Isto radicaliza? Sem dúvida. Mas num momento tão decisivo da sua história o povo renunciará à luta? Em absoluto! A radicalidade das posições em confronto na sociedade não decorre de nenhum artifício. É tão somente o sinal de que o Brasil se aproxima de seu destino de nação livre e soberana. Por isso, só a mobilização ampla do povo brasileiro, capaz de mantê-lo unido em torno de um programa político inovador, como é o caso da Frente Brasil Popular, será capaz de vencer as forças obscurantistas, ultrapassadas e retrógradas.

Desafios na reta final

Olival Freire Jr *

O crescimento da campanha da Frente Brasil Popular, em São Paulo, na primeira quinzena deste mês tem semelhança com a "virada" da campanha dos Partidos do Povo à Prefeitura de São Paulo, na primeira quinzena de novembro do ano passado. O afluxo de pessoas às atividades com o candidato se dá aos borbotões. A militância se entusiasma e passa a participar mais ativamente da campanha. Mais de dez mil pessoas no comício de Sorocaba. Mais de dois mil carros na carreta e quase vinte mil pessoas nos comícios na Zona Leste são alguns exemplos.

Mas seria uma funesta ilusão pensar que a sorte da batalha já está decidida. A direita já está decidida. A direita já deu a voz de comando de concentrar os ataques na candidatura de Lula. Rapidamente se formou uma frente do que há de mais reacionário no país. Mário Amato, Roberto Cardoso Alves, Maluf, Afif, Medeiros, Magri juntam-se numa campanha terrorista e abertamente anticomunista. Os tubarões das finanças aumentam ainda mais a especulação. Brizola, revelando mais uma vez seu caráter oportunista e conservador, faz coro com a direita.

A reta final da campanha transforma-se em palco da mais renhida disputa política de nossa história recente. Mas a polarização crescente também ajuda a deslindar os campos em combate e despertar novas energias para a luta entre as elites dirigentes de um lado e a Frente Brasil Popular de outro.

Por estas razões o crescimento da campanha em São Paulo ainda é insuficiente para o nível da batalha de classe em curso. Além dos concorrentes melhor situados em escala nacional, aqui existe uma forte competição que envolve também as candidaturas Maluf, Covas e Afif. E o grande empresariado, ligado à Fiesp, ainda não colocou todas as suas fichas na mesa. Redobrar a campanha militante, aumentar a presença do partido na ação política, atacar com mais firmeza os pontos débeis da campanha e realizar, na reta final, grandes ações de massas capazes de desequilibrar de vez a disputa são desafios que os comunistas de São Paulo vencerão com determinação política, ação organizada, garra e entusiasmo.

* Presidente do PCdoB em São Paulo e membro da direção nacional

A mentira tem pernas curtas

Aldo Arantes *

No "Jornal do Brasil" do dia 15 de outubro, o jornalista Ricardo Noblat publicou um artigo sob o título "As dores do crescimento". Para minha estranheza, o competente jornalista baseou seu artigo em informações mentirosas. Em tom irônico, afirmou que "para o gosto do PCdoB o discurso do deputado Luís Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência, está radical demais". Mais adiante diz que eu teria estado com o deputado Plínio de Arruda Sampaio para colocar tal posição.

Quem conhece a política do PCdoB e a minha prática pessoal sabe que tal informação não tem qualquer fundamento.

No processo de formação da Frente Brasil Popular e na discussão da linha a ser imprimida ao programa de televisão, o PCdoB insistiu na importância de que a candidatura Lula assumisse um perfil nitidamente de esquerda, radical na defesa dos interesses populares. Foi esse discurso que permitiu o crescimento da candidatura de Lula.

Não seria o PCdoB, com sua linha firme em defesa dos interes-

ses da classe operária, que neste momento iria fazer reparo a essa orientação. Na verdade, existem setores sociais altamente apavoados com a perspectiva de vitória de Lula e pressionam por uma moderação na campanha do candidato da Frente Brasil Popular, o que significaria verdadeiro suicídio político.

Indignado diante de mentira tão grosseira, telefonei ao jornalista Ricardo Noblat para desmentir tal informação. O telefonema foi feito durante reunião da coordenação nacional da Frente Brasil Popular. Ali estando presente Plínio de Arruda Sampaio, coloquei-o em contato com o jornalista, e o deputado afirmou de maneira categórica que nenhuma discussão dessa natureza tinha sido feita comigo.

É pena que um jornalista com o renome de Ricardo Noblat, ao dar a notícia sem ao menos confirmá-la comigo ou com o deputado Plínio de Arruda Sampaio, tornou-se cúmplice de uma informação mentirosa. Mas a mentira tem pernas curtas.

Centro de Documentação e Memória
Maurício Graboys

* Da direção nacional do PCdoB e

deputado federal por Goiás

Brizola não é opção

Edson Silva*

Em quem o povo gaúcho votará majoritariamente em 15 de novembro? São 22 candidatos. Vários deles da direita, como Fernando Collor e Afif. Mas todos esses se esmeram desbragadamente na linguagem de oposição e em falsos planos de salvação nacional, ambicionando ganhar o voto dos eleitores. Nesses os trabalhadores gaúchos não desperdiçarão suas esperanças.

Há também a candidatura de Leonel Brizola, em quem muitos eleitores cogitam votar por ser ele gaúcho, reduzindo sua opção ao estreito prisma regionalista. Mas terminarão por se dar conta da dimensão nacional do pleito e que nele estão em jogo interesses de classes, portanto projetos para enfrentar a crise, se a favor do povo trabalhador e da soberania nacional ou se, como até aqui, beneficiando as elites. Outros, bem intencionados, julgam ser Brizola uma alternativa para o povo, pretendendo nele votar para repudiar o que aí está e ver o Brasil progredir com justiça e liberdade.

Doloroso pesadelo

A vida demonstra, porém, que com Brizola, tão justas aspirações se transformariam num doloroso pesadelo. O Brizola de hoje é um blefe que não pode merecer a confiança popular. Sua astuta e ordinária prática de acender uma vela a deus e a outra ao diabo credenciou-o como uma alter-

nativa não do povo mas das classes dominantes. Do passado Brizola sequer tem o discurso.

De propostas ele só acentua a educação para as crianças, de maneira genérica e num estilo populista. Seus compromissos escusos são bem expressos no programa de estabilização que o PDT aprovou em Belo Horizonte e com a anuência de Brizola, no fim de setembro. Quando se refere à dívida externa, essa grave chaga que destrói a nação, Brizola abre o jogo: "Vamos produzir uma negociação de emergência da dívida externa. Vamos dizer que, de imediato, essa dívida tem que ser recalculada." Tanta generosidade com uma dívida espúria, contraída na época da ditadura militar e à revelia do povo, tranqüiliza os gananciosos banqueiros internacionais, contrariando os interesses do país. Recalcular o quê? Uma dívida que já foi paga muitas vezes e no entanto sempre cresce, sangrando as riquezas nacionais e sacrificando os trabalhadores brasileiros. Não há o que recalculer. Há que suspender o pagamento dessa dívida, como é o compromisso de Lula, da Frente Brasil Popular. Essa é uma imposição patriótica inadiável.

Propostas evasivas

Da reforma agrária o velho caudilho nem quer ouvir falar, para não se incomodar com os latifundiários parasitas. Quando perguntado sobre o tema,

ele sai com uma evasiva proposta de "colonização agrária", como também fala-va Tomé de Souza, o primeiro governador geral do Brasil, no século XVI.

Um presidente que pretende enfrentar a crise sem continuar penalizando o povo trabalhador tem de tomar a atitude corajosa de enfrentar a oligarquia rural, promovendo uma real distribuição de terras, seguida de assistência técnica e de financiamentos para o produtor rural. Só assim diminuirá a tensão no campo e será possível conter o assombroso inchaço dos centros urbanos.

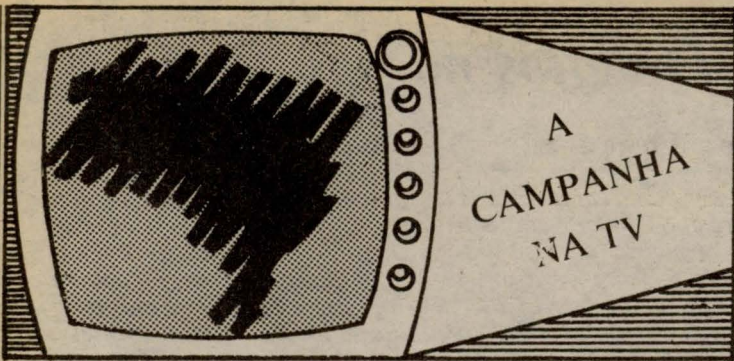
Mas Brizola não está aí para isso. Não há mudanças em seu horizonte. Ele mesmo deixou escapar, ao comentar seu programa de estabilização: "Advirão as exigências de sacrifícios. A sociedade terá que dar sacrifícios, mas eles serão distribuídos de forma equitativa." Os trabalhadores já ouviram esse desastroso lenga-lenga das elites. E, ao contrário da prometida "repartição do bolo", conheceram archocho salarial, fome, inflação, desagregação do ensino, corrupção, impunidade, vida indigna.

Alianças espúrias

As propostas de Brizola, quando ele raramente explicita, acompanham o ritmo de suas alianças, sempre cortejando conservadores e notórios líderes da direita, como Jair Soares (ex-governador gaúcho do PDS e do PFL) para tentar chegar ao poder. Com maior propriedade, para nele se manter se a ele chegasse. "Afinal eu já fiz alianças até com Plínio Salgado" — disse Brizola, referindo-se ao chefe histórico dos integralistas (fascistas) brasileiros. Não estranha que ele tenha proposto adiar por dois anos o mandato do general-ditador Figueiredo, e que tenha se aliado ao PDS para disputar as Prefeituras de vários municípios, nem menos ainda que repita ser "o petróleo nosso e a direita também". Não causa espanto que Brizola seja o candidato preferido de latifundiários e líderes da burguesia rural rio-grandense.

As eleições presidenciais são uma oportunidade de começar a mudar a dura realidade brasileira, a depender de quem o povo eleja em 15 de novembro. Não será com Brizola que o voto popular derrotará os interesses retrógrados da oligarquia, dos poderosos grupos econômicos e do capital internacional.

* Presidente regional do PCdoB no RS e membro da direção nacional



Contra os ataques, denúncias e propostas

Plínio Lins*

Começou a esperada bateria de ataques dos candidatos da direita contra a Frente Brasil Popular. Sintor, do crescimento inegável de Lula e da queda, ou esgotamento, de Collor, Afif e Maluf.

Vai ser assim até a eleição. E as formas de ataque, como sempre, serão as mais torpes, centrando-se na esfarrapada bandeira do anticomunismo, que já começou a ser acenada por Maluf, com o mesmo velho palavrório da época da ditadura. O coro de vozes que defendem a manutenção do atraso político é reforçado, fora do horário gratuito, pelos disparates de gente como Mário Amato e Roberto Cardoso Alves.

Covas, ao que parece, continua procurando outro "choque" qualquer para desencalhar, porque o choque de capitalismo, pelo visto, não mexe com o eleitorado. Ulysses, nostálgico, fala da militância do antigo MDB, pedindo empenho semelhante na eleição deste ano. Parece não lembrar que aquela militância, que lutava contra a ditadura no único partido opositor então permitido, está hoje nos partidos de esquerda. O que resta de "militância" no melancólico PMDB atual são cabos eleitorais ou filhos de prefeitos, deputados, vereadores e burocratas donos de cargos públicos. E o povo os rejeita.

A campanha da Frente Brasil Popular no horário gratuito passou por dois momentos distintos. No primeiro, Lula se diferenciou dos demais candidatos, estabelecendo a separação entre o "lado de lá" e o "lado de cá", com denúncias de escândalos administrativos e mostrando o passado de candidatos que hoje pretendem enganar o eleitor com discursos de falso moralismo ou encenações teatrais. Collor, Afif e Maluf sentiram a pancada, e Lula cresceu.

No segundo momento, o programa de Lula arrefeceu no tom. Deu uma freada nas denúncias, optou por buscar atingir a emoção do público e

exibir exemplos do desempenho das prefeituras conquistadas na eleição de 88. Justamente no momento em que a direita iniciou sua bateria de ataques baixos contra a Frente.

Agora, faltando menos de um mês para as urnas, é hora do terceiro e decisivo momento — e não há outro caminho senão aquele que fez Lula crescer: usar o horário gratuito para separar os campos da disputa com a maior clareza possível para o eleitor. Mostrar, com destemor e de forma irrefutável, quem é esta gente que procura manter o domínio político e econômico do país, apontar o mal que as elites fizeram ao nosso povo e desmascarar o discurso modernoso que exibem hoje.

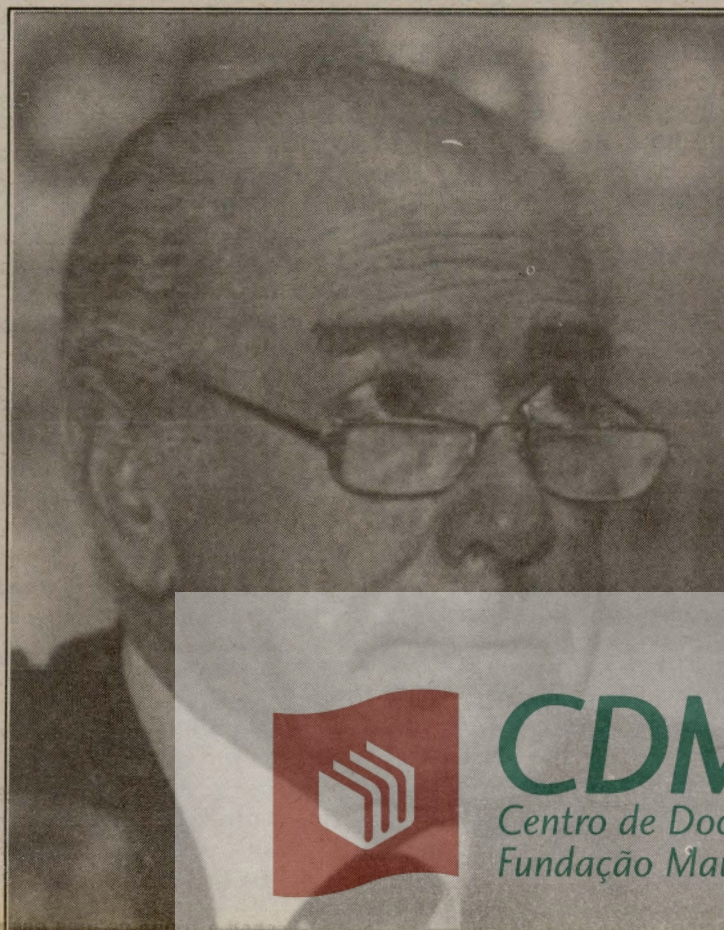
Ao mesmo tempo, divulgar, de forma sintética mas sistemática, o programa de 13 pontos da frente: ali estão os compromissos que o povo espera de uma candidatura progressista, que vem para mudar o país. Ao lado disso, a frente deverá, daqui por diante, dar ênfase aos apoios e adesões — que são muitos — de personalidades respeitadas da sociedade civil à candidatura Lula.

O crescimento de Lula e os ataques da direita exigirão uma postura cada vez mais firme e clara da Frente Brasil Popular no horário gratuito.

Cai o pano

E o Freire, hein? O candidato do PCB, encalhado no rodapé das pesquisas, começa a admitir que seu "socialismo" não é bem assim. Agora já fala em venda de estatais, usando o eufemismo de "examinar caso a caso". Nem seria preciso disfarçar tanto: a assinatura de Roberto Freire consta, como líder do PCB, naquele vergonhoso documento que ele assinou, ao lado do PMDB, PDS, PFL, PL, PTB, PRN e outros, autorizando Sarney, entre outras coisas, a privatizar estatais.

* da equipe de articulistas



Vítimas das próprias ambigüidades o caudilho perde terreno

Foi o momento da virada: mais de 80 mil no comício da Cinelândia

Aguinaldo Zordenoni/Fóton

Carlos H. Vasconcelos*

Mais de 80 mil pessoas foram à Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, dia 17, para consagrar a candidatura de Lula, da Frente Brasil Popular. Foi, até o momento, a maior manifestação pública da campanha eleitoral, em vibração, emoção e engajamento da massa. Confirma a virada da campanha e inaugura um novo momento, de disputa do primeiro lugar já no primeiro turno da eleição.

Foram mais de 5 horas de comício, no qual não faltaram shows com artistas famosos como Carlinhos Vergueiro e Sérgio Ricardo, ou discursos ovacionados como o da atriz Lucélia Santos. Outros artistas estiveram presentes, como Denis Carvalho, que comandou a maior parte do comício, Paulo Betti, Osmar Prado, Arlete Sales, Luciana Braga, Débora Evelyn, além do produtor artístico Perfeito Fortuna, fundador do Circo Voador, do editor da revista Casseta Po-



Lula fala à multidão que confirmou no Rio suas chances de vitória

pular, Bussanda, e a líder estudantil Janaína Diniz, filha da falecida atriz e modelo Leila Diniz.

Além dos candidatos a presidente e vice, Lula e Bisol, in-

tervieram no comício João Amazonas, presidente nacional do PCdoB, Jamil Hadadd, presidente nacional do PSB, Jorge Bittar, presidente regional do PT e os deputados Vladimir Palmeira, do PT, e Jandira Feghali, do PCdoB.

Caminhada da vitória

O pronunciamento de Lula foi aguardado ansiosamente pela multidão que não arredou pé da Praça Floriano (nome oficial da Cinelândia) e adjacências (ruas Evaristo da Veiga e Araújo Porto Alegre, além da Avenida Rio Branco, uma das principais da cidade e onde se concentra o centro bancário), até que o candidato concluisse suas palavras. Ele foi recebido ao som da música **Lula-Lá** e com palavras de ordem dos manifestantes, que não apenas assistiam ao comício mas participavam ativamente, vibrando com os discursos e respondendo às palavras de ordem dos oradores.

Reforma agrária

O candidato enumerou os problemas por que passa a população brasileira, detalhando-os um a um, demonstrando conhecimento da situação do país e propondo soluções que passam necessariamente por uma profunda transformação política. Lula reiterou sua intenção de fazer uma reforma agrária no país: "vamos fazer a reforma agrária nas terras da UDR e nos latifúndios e não nas margens das rodovias". Lula defendeu também a necessidade de suspender o pagamento da dívida externa, assim que assumir o governo. Em relação à privatização das estatais disse: "a privatização da Aços Piratininga, da Usiba, da Usiminas, hoje, será, amanhã, a privatização da Petrobrás, da Companhia Siderúrgica Nacional e do Banco do Brasil, como querem as multinacionais e os banqueiros estrangeiros."

Sobre a declaração do presi-

dente da Fiesp, Mário Amato, de que cerca de 800 mil empresários vão embora do Brasil caso Lula chegue à Presidência da República, o candidato observou que eles podem ir embora: "mas a classe trabalhadora vai ficar e poderá muito bem administrar as empresas que ficarem." Ele admitiu que empresários não especuladores possam contribuir com sua administração, caso contrário "daremos passaporte gratuito", alertou.

Lula foi enfático ao remeter para o povo a responsabilidade por seu governo e explicou que se prosseguirem as indagações sobre sua competência para exercer o cargo de presidente da República o povo deve responder: "não é Lula que está preparado, mas é o povo quem está preparado, sou eu, somos todos nós". Lula observou também que nesta eleição não basta colocar o voto na urna e ganhar o pleito, "se não aproveitarmos esta campanha para conscientizar politicamente o povo".

"Não recuaremos"

O presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, acentuou que, fora Lula, todos os demais candidatos são iguais, pois são conservadores ou servem à direita brasileira que pretende se manter no poder. "Nós representamos outro caminho". Para o dirigente comunista o povo quer mudança e uma prova disto é a presença massiva dos que estavam no comício e exclamou: "essas pessoas que aqui estão identificam-se com Lula, este torneiro mecânico que é a maior liderança do país".

Em relação ao prosseguimento da batalha em curso, João Amazonas foi claro: "nós não recuaremos do programa da frente e das tarefas que nos estão reservadas. Este é um compromisso de honra. Vamos igualmente defender a unidade para governar o país."

* correspondente da Classe no Rio

Aguinaldo Zordenoni/Fóton

Crescimento de Lula altera o quadro político no Rio

Maria Dolores Bahia*

O crescimento da candidatura da Frente Brasil Popular tem significado especial no Rio de Janeiro. Prova deste crescimento tem sido a surpreendente receptividade da população fluminense manifestada nas últimas mobilizações da campanha de Lula, ocorridas exatamente nos principais redutos brizolistas — Niterói, São Gonçalo e Zona Oeste da capital —, além da realização do estrondoso comício da Cinelândia no centro da cidade.

Estes fatos são indicativos concretos das possibilidades de Lula chegar ao segundo turno do pleito presidencial. O crescimento de Lula no Rio representa uma alteração no quadro político deste Estado, terceiro maior colégio eleitoral do país e caixa de ressonância dos grandes acontecimentos nacionais.

Desde 1982, quando conquistou o governo do Rio, o populismo brizolista vem dominando majoritariamente a área popular operária do Estado. Regiões de grande densidade popular, como a Zona Oeste da capital, a Baixada Fluminense e os centros operários, são ainda sua principal base política de sustentação. Combinando o diversionismo político com a demagogia, Brizola se diz de esquerda, mas alia-se com a direita, apresenta-se como democrata, mas quando foi governo não respeitou os movimentos organizados da sociedade, inclusive reprimindo e perseguindo os comunistas. Auto-intitula-se a única força de esquerda e representante do povo, condenando todas as demais repre-

sentações políticas como sendo de direita. Seu esquema de alianças, entretanto, contempla a direita (malufistas e, no caso do Rio, chaguistas).

Diante deste quadro surge a questão: por que Lula cresce na terra que é uma das duas maiores bases eleitorais de Brizola? Em primeiro lugar o crescimento nacional da candidatura Lula influencia diretamente o eleitorado fluminense. Em segundo, o fato de estar em jogo o governo central do país põe necessariamente em debate grandes problemas estruturais da sociedade, além de questões políticas chaves, como o papel das Forças Armadas, a reforma agrária e a dependência externa. Enquanto a Frente Brasil Popular tem posições claras e concretas sobre esses temas, Brizola é obrigado a expor suas posições, negando a reforma agrária antilatifundiária, fazendo alianças com militares e se posicionando de maneira ambígua quanto à dívida externa.

Outro fato é o avanço da consciência política do eleitor, que mudou seu comportamento já na eleição de 1988 e persiste na trajetória de votar com a esquerda. Finalmente, o próprio projeto histórico da FBP, pelo que representa como projeto alternativo do povo contra as elites. Seu conteúdo de frente de esquerda e seu candidato, de marca nitidamente popular e de comportamento inatacável, alcançam um patamar nem de longe seguido por qualquer outro candidato.

* presidente do PCdoB-RJ e membro da direção nacional



Jandira Feghali à frente de uma das muitas passeatas que afluíram à Candelária



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

As elites em estado de pânico.

José Reinaldo Carvalho e Carlos Umberto Martins

A poucas semanas do pleito de 15 de novembro, as elites brasileiras estão vivendo em estado de pânico. Diante da evidência de que a candidatura Lula-Bisol, da Frente Brasil Popular, representa uma força política poderosa e reúne condições efetivas de chegar lá, a burguesia reagiu através da metralhadora giratória do desleal e provocador linguajar de um dos seus maiores líderes, Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp. Do alto de sua pirâmide suntuosa da Avenida Paulista, Amato disparou, ao constatar a subida do candidato das esquerdas: "Se Lula ganhar, 800 mil empresários deixarão o país". E logo foi secundado por outros empresários de menor notoriedade e analistas de duvidosa credibilidade: "Vai haver fuga de capitais".

O crescimento de Lula desencadeou também fortes reações entre os candidatos adversários. Paulo Maluf reeditou a histeria anticomunista e usa agora seu tempo de propaganda eleitoral gratuita para tentar convencer o eleitorado de que o PT e o PCdoB constituem uma "ameaça à democracia". Collor profetiza "um novo incêndio de Roma", se a esquerda ganhar. O engomadinho Afif escolheu Lula como o alvo principal do seu ataque e também Brizola, sentindo a fragilidade de suas posições, centra fogo no candidato da Frente Brasil Popular.

Mas não só dos representantes diretos da burguesia e dos candidatos das classes dominantes partiu o bombardeio a Lula. No último dia 16, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, dirigido pelo arqui-pego Luiz Antônio Medeiros, agente da direita no movimento sindical, acusou o candidato Lula de se beneficiar de dinheiro do governo federal. E o Tribunal Superior Eleitoral decidiu realizar uma "auditoria" na contabilidade da campanha da Frente Brasil Popular, a pretexto de apurar uma denúncia irresponsável de um obscuro deputado do PTB paulista, de que a candidatura de Lula se beneficiou de ajuda do exterior.

Toda essa movimentação e o fogo cerrado sobre a candidatura das esquerdas explícita, sem deixar mais nenhum lugar para dúvidas, que Lula é um forte concorrente e reúne todas as condições para chegar ao segundo turno e vencer o pleito. Mostra ainda quanto eram falsos os prognósticos sobre uma suposta polarização entre dois candidatos das classes dominantes. Agora todos

admitem que o turno final será disputado entre um candidato da esquerda e outro da direita.

As manchetes dos grandes jornais, as capas das revistas de maior circulação e os comentários sobre o "efeito Lula" procuram induzir o leitor a formar a opinião de que às vésperas do pleito está-se diante de mais um fenômeno inusitado, surpreendente, imprevisível. Alguns chegam mesmo a avaliar que daqui até 15 de novembro teremos uma campanha mais polarizada do que se previu no seu início.

Que a campanha se polarizará ainda mais, isto é o próprio óbvio. Mas fica por conta da superficialidade ou da manipulação dos dados da realidade a afirmação de que o embate entre direita e esquerda "será maior do que se previa no início". Somente um cego, porque não podia ver, ou um pusilânime, por se recusar a ver, poderia deixar de constatar que esta seria a tendência inevitável da disputa sucessória.

A polarização entre direita e esquerda nesta sucessão presidencial não é inusitada, nem fortuita, nem surpreendente, nem imprevisível. É o reflexo, manifestado com nitidez na maior batalha política dos últimos tempos, da progressiva e acelerada contenda entre dois campos opostos da sociedade brasileira. Trata-se de fenômeno real, tendência objetiva, atuando com a força de um vendaval, expressão da lógica férrea e irrecorrível da evolução da vida econômica, social e política brasileira. Esta tendência vem num crescendo e se tornou particularmente clara com os resultados das últimas eleições municipais de 1988. Suas causas residem na crise estrutural em que está mergulhada a sociedade brasileira, a encruzilhada histórica que emperra o desenvolvimento nacional.

O sinalizador desse fenômeno na sucessão presidencial é a elevação do grau de consciência política do povo, a divisão das classes dominantes, a falência de seus projetos políticos, o afundamento das posições de centro e centro-direita, a completa desmoralização de velhas lideranças e o desmoronamento de antigos esquemas políticos.

Avançou, e muito, a consciência política do eleitor brasileiro

Ao analisar os resultados das eleições municipais do ano passado, em entrevista publicada na edição nº 9 da *Classe Operária* (dezembro de 1988), o presidente nacional do

PCdoB, João Amazonas, observou que a vitória das esquerdas em importantes centros urbanos, e destacadamente na capital paulista, expressava "um salto na consciência política do eleitorado".

O pleito introduziu profundas alterações na correlação de forças entre as classes sociais no Brasil e projetou sobre as eleições presidenciais deste ano uma forte tendência de voto num representante das forças de esquerda e de polarização com a direita.

Ao captar a "significativa mudança no comportamento do eleitorado", conforme afirmou no manifesto em que clamava as forças populares à unidade, lançado no início deste ano, o PCdoB buscou a aliança com outros partidos de esquerda com o objetivo de transformar em realidade a possibilidade de vitória de um candidato popular na sucessão.

Os esforços realizados pelas forças progressistas acabaram culminando na criação da Frente Brasil Popular (FBP), constituída hoje pelo PT-PCdoB-PSB, que abraçou a candidatura do operário Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, apresentando como concorrente a vice o senador José Paulo Bisol.

As forças reunidas na FBP representam cerca de 80% do movimento popular organizado no país, residindo aí a enorme potencialidade da candidatura Lula-Bisol. Com efeito, o avanço da consciência do eleitorado significava precisamente que ele se tornou menos vulnerável à demagogia dos candidatos das forças conservadoras e reacionárias. E, ao lado disto, que estava bem mais propenso a seguir a orientação política das lideranças mais progressistas e conseqüentes das organizações populares.

A tendência do voto à esquerda é o resultado político do avanço das forças de esquerda, de sua inserção e influência no seio das massas populares. O capital de que dispunha e dispõe a frente neste terreno, por conseqüência,

desde o início da campanha autorizava considerar a candidatura Lula-Bisol como a que reunia maiores possibilidades de ultrapassar a barreira do 1º turno e disputar o segundo com um representante da direita.

O desempenho do PDT nas eleições de 1988 (inferior aos dos partidos da FBP) e a fraca presença deste partido no movimento popular organizado, por outro lado, evidenciavam que as chances de Lula eram bem superiores às de Leonel Brizola, que também procurou se apresentar como alternativa viável, à esquerda.

As classes dominantes jogaram pesado para obscurecer o desenvolvimento da tendência à esquerda que havia se delineado e distorcer o processo de elevação da consciência popular. Combateram a formação da Frente Brasil Popular, procuraram desmoralizar os partidos de esquerda e chegaram a criar a aparência de que a candidatura Lula-Bisol era inviável eleitoralmente e estava sendo repudiada pelo povo. As quedas, constantes e aparentemente intermináveis, do candidato da frente nas pesquisas, pareciam confirmar tais apreciações.

A realidade não pode ser substituída por índices de pesquisas

Assim, ao invés do crescimento das forças progressistas e das possibilidades eleitorais das esquerdas, a realidade que transparecia nas pesquisas e nos meios de comunicação era de uma degradação radical da tendência eleitoral, que expressavam uma incrível desmoralização das esquerdas e uma estupenda guinada da população à direita. Não faltaram argumentos esdrúxulos para explicar o fenômeno, como o que atribuía ao "grevismo" a virada e outros do gênero — como se as greves tivessem surgido neste ano de eleições presidenciais e fossem algo novo na vida do país.

A realidade, entretanto, indicava um fenômeno bem distinto do que vinha sendo divulgado pelas pesquisas e pelos meios de comunicação monopolizados pelas classes dominantes: mostrava o fortalecimento da Frente Brasil Popular e da possibilidade de vitória da chapa Lula-Bisol na sucessão presidencial.

Não apenas as esquerdas continuavam crescendo no movimento popular, em detrimento das forças de direita, como o lançamento da FBP nos Estados Unidos teve êxito e acompanhado com entusiasmo pelas massas populares. O comício de lançamento

da frente em São Bernardo do Campo, no dia 13 de maio, reuniu um público de 30 mil pessoas — sendo a primeira e até então a maior concentração da campanha.

A grande imprensa procurou encobrir a adesão popular, o que motivou inclusive um artigo assinado por Lula na "Folha de São Paulo" do dia 12 de junho, onde o candidato informava sobre o comício que havia realizado na semana anterior em Fortaleza com mais de 10 mil pessoas, uma passeata gigante em João Pessoa (na Paraíba), com cerca de 15 mil participantes, além de uma reunião em São Paulo com mais de 2 mil sindicalistas e outras atividades com grande afluência popular. "Podem estar certos: iremos ao segundo turno", vaticinou o candidato no artigo.

No dia 18 de julho, uma caminhada em Belo Horizonte reuniu um público estimado em mais de 10 mil pessoas, embora contando com pouco tempo de organização. A afluência do povo foi quase espontânea, conforme o comentário dos jornais.

O apoio do que há de melhor e mais organizado no movimento popular à frente ficaria também patente no encontro com mais de 2 mil mulheres, dia 6 de agosto em São Paulo. Dois dias antes, em Betim (Minas Gerais), mais de 5 mil operários da Fiat pararam nas portas da fábrica para ouvir Lula, numa grande manifestação de apoio da classe operária à FBP.

A força da Frente Brasil Popular se impunha, deixando patente que não se podia substituir a análise da realidade pelas pesquisas. O comício da Sé, em São Paulo, no dia 17 de setembro, e outras grandes manifestações populares em favor da candidatura Lula-Bisol cuidaram de deixar ainda mais claras as discrepâncias entre a potencialidade das esquerdas e a falsa imagem criada pelas classes dominantes com a finalidade de debilitar a campanha, incutir o pessimismo nas fileiras da frente e impedir a sua ampliação. Não obstante, não conseguiram im-



Brizola é visto como o "mal menor" por setores da burguesia



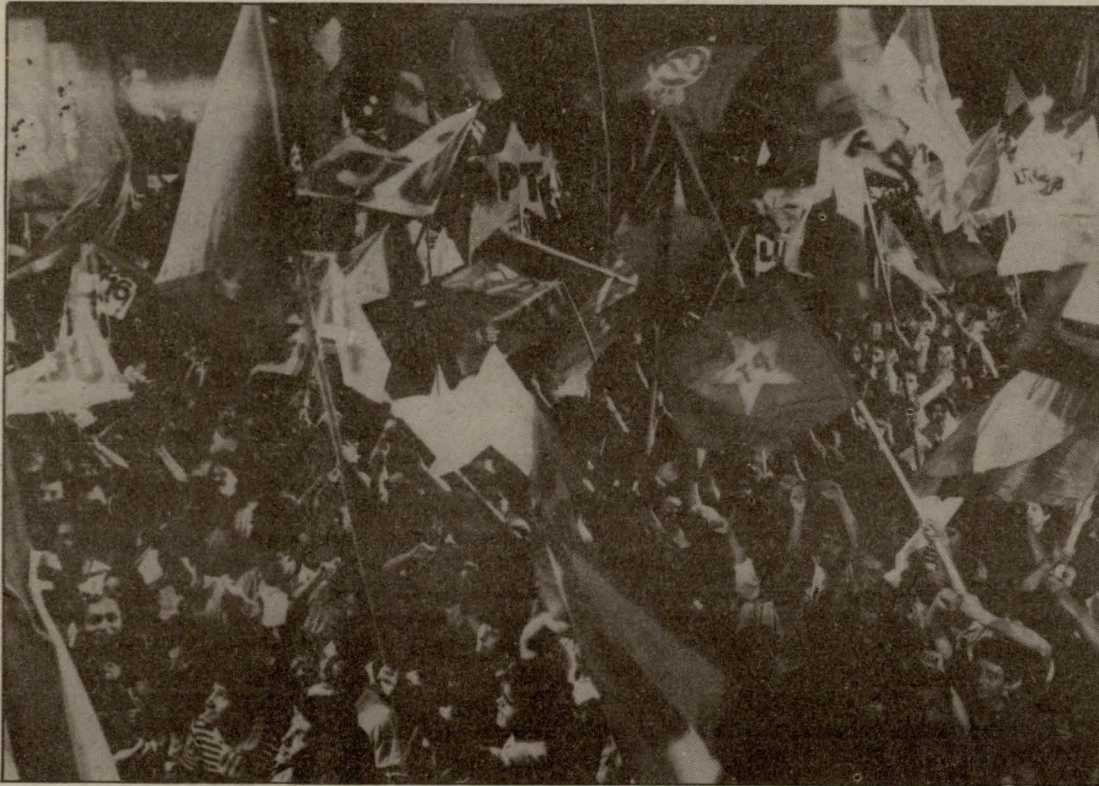
Maluf reeditou o surrado discurso anticomunista

Alberto Willian / Foton

Paulo Torracal / Foton

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Aproxima-se a hora do Lula-lá



O comício de mais de 80 mil pessoas no Rio de Janeiro: mais um sinal de que Lula pode chegar lá

→ pedir novas e importantes ações, como as que ocorreram por ocasião da criação do Conselho Nacional da FBP, dia 22 de agosto no Rio, constituído por 50 personalidades do mundo político, popular, cultural e artístico, entre eles o bispo Dom Mauro Morelli, o jurista Raimundo Faoro, o físico Luiz Pinguelli Rosa, o deputado do PMDB de Pernambuco, Maurílio Ferreira Lima.

A tática de esvaziar a candidatura Lula-Bisol com uma bem orquestrada campanha de marketing dando conta de sua inviabilidade eleitoral, não teve sucesso e foi derrotada pelo próprio desenvolvimento da campanha, que comprovou o avanço da consciência popular, a forte disposição de mudança, assim como a confiança das massas nos partidos que compõem a FBP. Esta confiança brota da experiência histórica.

O povo passou por um rico aprendizado e quer um novo caminho

Nos últimos 25 anos o povo brasileiro passou por um rico aprendizado. Lutou contra a ditadura militar, conquistou a liberdade política, batalhou por avanços democráticos e sociais na nova Constituição e manifestou por diferentes meios seu descontentamento com o estado de coisas a que as elites e os militares conduziram o país. As classes dominantes brasileiras se empenharam, seguindo sua tradição histórica, por encontrar soluções de compromisso para os impasses nacionais, excluindo o povo das decisões e mantendo o monopólio do poder. Promoveram a transição farsesca e expuseram a olho nu os estreitos limites das concessões

que estão dispostas a fazer. Tentaram a institucionalização do Estado com a nova Carta Magna. Mas esta, não tendo tocado nos problemas fundamentais que secularmente afligem a nação, sem golpear a dependência externa, deixando intacto o domínio dos latifundiários e da grande burguesia e preservando a tutela militarista sobre a vida política, já surgiu anacrônica, para não dizer natimorta. Em todos esses episódios evidenciou-se que o projeto político das classes dominantes brasileiras se esgotou por não corresponder às exigências contemporâneas das forças emergentes da sociedade brasileira.

A sucessão presidencial é mais uma tentativa dessas mesmas elites de, tanto quanto possível, ainda através de meios democráticos, constitucionais e civis, gerenciar os conflitos sociais e políticos e manter o país sob seu controle. Mas a falência de seu projeto político e o desgaste de suas velhas lideranças e esquemas criam obstáculos quase intransponíveis.

Tudo isso são indicadores de que o Brasil mudou profundamente. A proporção que se prolonga a agonia lenta da grave e penosa crise nacional, mais cresce a tendência objetiva do povo trabalhador de exigir mudanças, mais aumenta a luta por um desenvolvimento independente e progressista, com autêntica liberdade e justiça social. Essa exigência, porém, choca-se com o arcabouço de um Estado retrógrado, com a tenaz resistência dos potentados que se aferram aos seus privilégios, e não encontra correspondência no vazio discurso das forças do centro. Isto conduz, inevitavelmente, à luta política nacional, em

marcha batida para o confronto entre a direita e a esquerda, com amplas chances de vitória da esquerda.

Com muita astúcia, as classes dominantes, antes de escamotear as possibilidades de crescimento da Frente Brasil Popular, tinham criado por sua própria conta e risco o "monstro" que apelidaram de Brizola, alertando que ou o centro se unia em torno de uma candidatura forte ou o segundo turno seria disputado entre Lula e Brizola. O próprio Roberto Marinho das Organizações Globo fez publicar no seu diário e no "Jornal Nacional" um editorial apelativo anunciando a catástrofe se o centro não se unisse. Depois, como num passe de mágica, aparece, inflado e maquiado, favorecido por imensas verbas, generosos espaços na mídia e índices de pesquisas suspeitos, o chamado "fenômeno Collor". A manipulação foi tamanha que na virada do semestre já se falava que as eleições seriam decididas em turno único ou, se houvesse segundo turno, entre Collor e outro da direita.

Agora todos admitem que no 2º turno será direita X esquerda

Num quadro como esse, a burguesia passou a dividir seu cacife e a se empenhar na fabricação de outro fenômeno, em busca de falsa polarização. Jogou em Afif, antigo malufista, reacionário de longa data, cúmplice da ditadura e homem de confiança da grande burguesia. O "Estadão" chegou a dizer que era a luta da "Classe A" (Afif) contra os "descamisados" (Collor). Agora se dão conta de que jogaram mal, pois se torna cada vez mais claro que não irão

dois candidatos do mesmo campo para o segundo turno. Na rodada final não há lugar para uma disputa entre Collor e Afif.

Inelutavelmente a disputa será entre um do lado de lá e outro do lado de cá. A questão é que só há um candidato do lado de cá. Por isso a tática da burguesia centra-se no esforço para impedir o Lula-lá. E vai tomando corpo entre as elites a opinião de que para evitar Lula no segundo turno é necessário sacrificar Afif, favorecendo Brizola. A reportagem de capa da revista "Veja" de 18 de outubro informa que "quando Lula saltou nas pesquisas assistiu-se a uma curiosa mudança de humores em relação ao político gaúcho — a tal ponto que os grandes empresários do país tornaram-se membros de três famílias. Uma, a menor, é a de quem já

brizolou. A outra, que é irrigada por cada ponto que Lula obtém nas pesquisas eleitorais, é a de quem quer brizolar. Há, por fim, a mais numerosa — a dos empresários que detestam Leonel Brizola, mas que, se não houver outro jeito de tirar Lula do segundo turno, brizolarão". "Veja" noticia ainda a formação pelo empresariado de uma "caixa anti-Lula", da qual o caudilho gaúcho pode se beneficiar.

Assim, nos momentos finais e decisivos da corrida à Presidência, assiste-se a uma flexão na tática das classes dominantes. Admitem a polarização, porque não há como esconder, batem pesado no candidato da Frente Brasil Popular e colocam como objetivo central impedir que ele passe para o segundo turno, garantindo uma disputa entre um candidato das elites e outro... também.

Diversão, o papel de Freire e Leonel Brizola

A tentativa de obscurecer, aos olhos do eleitorado, a tendência de polarização entre esquerda e direita nas eleições presidenciais deste ano é também favorecida pela existência de outros candidatos além de Lula que se dizem representantes das forças progressistas, destacadamente Leonel Brizola, do PDT, e Roberto Freire, do PCB.

Quanto a Leonel Brizola, em primeiro lugar cabe destacar que sua candidatura não dispõe da mesma base eleitoral e popular do candidato da Frente Brasil Popular. Seu partido, o PDT, possui uma frágil organização a nível nacional. E ele possui maior expressão política em apenas dois Estados: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Não consegue maior penetração em centros como São Paulo e Minas Gerais.

Ao lado disto, é evidente que Brizola não possui os mesmos compromissos da FBP. Suas alianças contemplam preferencialmente forças de direita — sendo conhecidos os acordos que manteve com os latifundiários do Nordeste. Seu programa, em todas as esferas, oscila entre propostas progressistas e conservadoras ou até reacionárias.

Em relação à reforma agrária, por exemplo, Brizola já repetiu diversas vezes que pretende ser comedido, não apóia desentranhadas e menciona seguir uma política de colonização dos campos semelhante ao que foi feito durante a ditadura militar,

especialmente nos governos Médice e Figueiredo.

Atualmente, Brizola radicaliza seu discurso, especialmente quando aborda questões relacionadas à soberania nacional, mas antes que a campanha presidencial fosse deflagrada chegou a prometer pagar a dívida externa sem maiores discussões, falou em privatizar empresas estatais e fez simpáticos acenos ao capital estrangeiro, prometendo condições privilegiadas aos que se dispusessem a aplicar no país. Mudou o discurso, é certo, em função da campanha eleitoral, mas é de se perguntar: se eleito, a que promessas será fiel?

Já a candidatura de Roberto Freire é reconhecidamente inexpressiva do ponto de vista eleitoral. Mas o PCB resolveu investir nela, interpretando a oportunidade como favorável a uma reunificação do fragmentado partido. Na prática auxiliou os intentos da burguesia de dividir os votos da esquerda — tanto que, segundo a revista "Veja", Freire não teve e nem tem problemas de caixa nesta campanha — sempre que precisa, algum representante da grande burguesia deposita alguns dólares na conta do partido, na certeza de que os poucos votos que venha a obter serão retirados da Frente Brasil Popular. Programaticamente, defende um socialismo de fachada, embarca na canoa furada do discurso de privatizações e admite que o fator de desenvolvimento do país".

Militares pressionam por mais verbas

O Congresso Nacional está apreciando o Projeto de Orçamento Geral da União para 1990, prevendo receita da ordem de NCz\$ 338,8 bilhões (em valores de maio deste ano). O assunto é importante. Subjacente à forma como deve ser empregado o dinheiro público, está a concepção de desenvolvimento que se quer imprimir ao país.

Manuel Domingos*

A proposta em discussão foi elaborada pela equipe de Sarney. Não poderia, portanto, deixar de ser subserviente aos interesses monopolistas internos e externos. Com efeito, projeta a recessão na economia; prevê uma soma irrisória para investimentos públicos; consagra a continuidade e o aprofundamento da extorsão dos salários dos servidores públicos. É um orçamento que privilegia a remuneração da especulação financeira. Cerca de 64% dos recursos orçamentários estão comprometidos com a dívida. Isso significa 46% de nosso Produto Interno Bruto. Nenhum governo poderá administrar o país com um comprometimento desta ordem.

Mas não foi só ao FMI que o governo quis agradar com este projeto. O presidente da República fez questão de dar mostras de sua indefectível obediência aos comandantes militares. Nos últimos meses os militares vinham se queixando insistentemente da falta de recursos para a implementação de seus planos. Mais uma vez Sarney ouviu seus apelos. Da verba irrisória destinada aos investimentos públicos, 8 bilhões de cruzados novos destinados a investimentos militares. Um valor três vezes superior a todos os investimentos previsto para a educação ou para a saúde.

Esta desproporção absurda na distribuição de recursos destinados aos investimentos públicos não revela apenas o menosprezo às necessidades gritantes do país no que diz respeito à educação, à saúde, ao saneamento, ao transporte, à habitação... Mostra a obstinação da hierarquia militar no sentido de continuar interferindo nos rumos políticos e administrativos do país.

Não deixa de ser estranho que em pleno debate sucessório quando o país se prepara para eleger o futuro presidente, pouco se fale neste problema. Com exceção de Luís Inácio Lula da Silva, candidato da Frente Brasil Popular, ninguém toca no assunto.

Os pretendentes à Presidência da República falam em tirar o país da crise, falam em grandes mudanças, como se

fosse possível alterar os rumos da nação sem considerar a influência nefasta que os militares exercem há mais de um século nos assuntos governamentais; falam como se o futuro presidente não fosse receber uma trágica herança, fruto da ingerência castrense no desenvolvimento brasileiro. Ora, quem pretende mudar o país não pode esquecer que os comandantes militares continuam dispostos a tutelar a vida nacional.

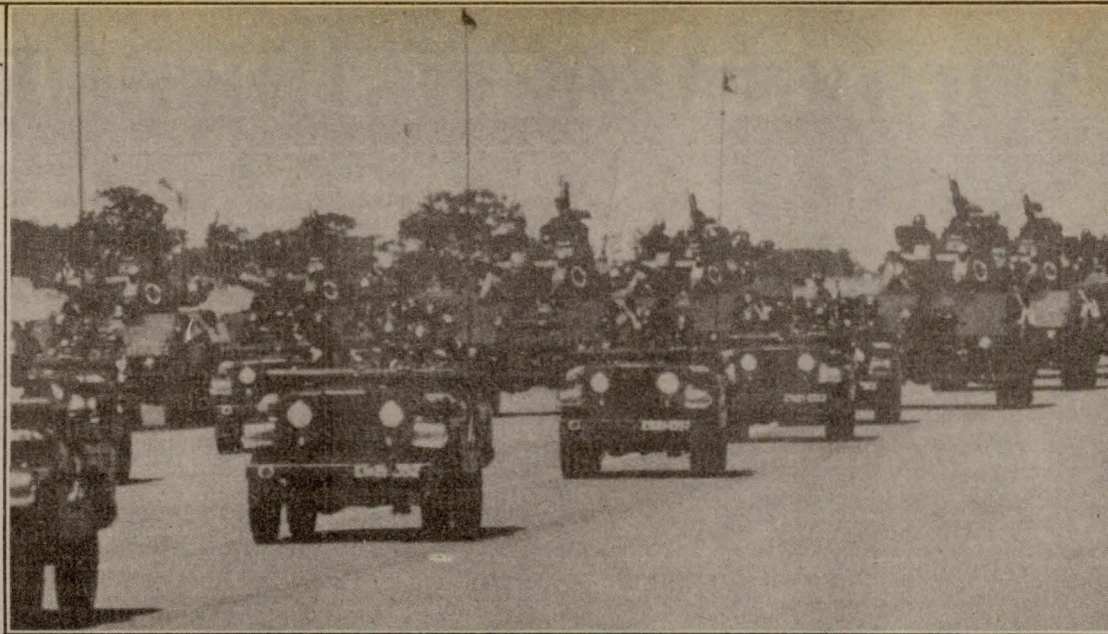
No final de governo, Sarney volta a mostrar obediência aos militares

Por acaso desistiram de projetar o Brasil como grande potência, de impulsionar a indústria bélica e a exportação de armamento? De dominar estrategicamente o Atlântico Sul e de fazer com que o Brasil cumpra o pretenso "destino manifesto" de potência hegemônica no Continente?

Os comandantes militares não renunciaram a seus planos e querem dinheiro para aumentar os efetivos, reequipar a tropa, modernizar o armamento, construir mais aeroportos e quartéis, tudo para combater o "solerte inimigo interno", que não é outro senão o próprio povo brasileiro revoltado com a miséria em que vive. A concepção organizativa das Forças Armadas, a instrução e treinamento da tropa continuam sendo orientadas prioritariamente para o combate, as forças internas e não a eventuais agressores de nosso território.

A nocividade da ingerência militar na vida nacional não se esgota nos atentados às liberdades democráticas. Está presente na política econômica, na política externa, na política fundiária. As Forças Armadas, já detêm mais de 10 milhões de hectares de terra, sem falar da orla marítima. Além disso eles interferem na política científica e tecnológica, nas diretrizes de ocupação do espaço territorial, no plano de transportes e comunicação.

O próprio perfil da indústria brasileira foi alterado nos últimos anos em consequência dos interesses da hierarquia militar. Desde a década de 70 o país entrou para valer na corrida armamentista, formando



O plano das Forças Armadas é reformar seu poder de fogo. Contra o povo

um importante complexo industrial militar. São perto de 400 empresas de médio e grande porte, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, fabricando armas e equipamentos militares. Há cerca de 50 empresas fabricando exclusivamente armas. Um complexo que emprega mais de 200 mil operários e técnicos e abrange ainda outros milhares de empregos indiretos. Não faltaram benefícios e facilidades para a implantação destas empresas, como se o desenvolvimento deste ramo industrial fosse do interesse do povo brasileiro.

Com o desenvolvimento da indústria bélica, e para gaudir do espírito patriótico, o Brasil passou a integrar o pequeno e sinistro clube dos exportadores de armamentos. Nosso país hoje ajuda a alimentar indiscriminadamente sangrentos conflitos nos quatro cantos do mundo. Interessa ao Brasil continuar neste caminho?

Os oficiais brasileiros sempre lutaram com unhas e dentes para controlar nossa política científica e tecnológica sobretudo no que diz respeito à área nuclear. Apesar dos desmentidos, desde a década de 50 trabalham para dominar a tecnologia da arma nuclear. Por conta disso fizeram o país se enlacrar numa aventura de trágicas consequências que foi o famigerado acordo nuclear com a Alemanha. Este acordo, assinado em 1975 à revelia da opinião pública e contra a opinião da comunidade científica nacional, revelou até onde pode ir a irresponsabilidade dos mentores do armamentismo: dez bilhões de dólares enterrados em usinas nucleares fracassadas, perturbação do planejamento energético nacional e exposição da população aos riscos de catastróficos acidentes.

Obscurecidos em deter a bomba, os militares não pensaram nos custos desta irresponsabilidade: estabeleceram um Programa Nuclear Paralelo, passando a manipular poludas verbas secretas no intuito de dominar o ciclo completo do enriquecimento do urânio. Sempre trabalhando em segredo buscam as condições para a expansão de um artefato nu-

clear a curto prazo. Prepararam até mesmo o local da explosão: uma cratera de 350 metros de profundidade na Serra do Cachimbo, Sul do Pará. Alegam que isso garantirá importância e respeito ao nosso país. Qual a importância que isso pode ter para nossa soberania? No máximo a bomba brasileira pode intimidar nossos vizinhos que não representam perigo real. Nada representa frente ao perigo concreto que são as potências imperialistas. Mesmo que a arma nuclear fosse válida do ponto de vista militar como elemento dissuasório, o que não é verdadeiro, de que valeria uma bomba artesanal frente às milhares de ogivas nucleares das grandes potências? O problema concreto de soberania hoje é essencialmente a dívida externa, que não permite sequer que o país tenha capacidade de definir uma política econômica. O armamentismo causa endividamento, distorce o desenvolvimento industrial e, ao contrário do que pregam os militaristas, não representa avanços reais em relação à autonomia tecnológica.

O militarismo, além de liquidar as liberdades, distorceu o desenvolvimento

Um exemplo disso é o projeto do avião de ataque AM-X, a menina dos olhos dos brigadeiros. Um projeto de 2,5 bilhões de dólares, desenvolvido pela Embraer e pelas grandes empresas italianas de aviação. O Brasil tomou dinheiro emprestado no exterior para financiá-la. Implementado em nome da segurança nacional, o AM-X agravou nossa dependência econômica além de deixar a Força Aérea na dependência do governo italiano. Diga-se de passagem, a FAB tem uma longa tradição de dependência externa. Nasceu e sempre viveu de compras no exterior. Só pode combater de fato se os fornecedores estrangeiros estiverem de acordo com a briga. Os brigadeiros argumentaram que o projeto do AM-X iria "reduzir" esta dependência. Ocorre que já no final dos trabalhos, verificou-

se que o país, tendo acesso à tecnologia do projeto, não tem capacidade técnica industrial para absorvê-la. Os brigadeiros podem estufar o peito apresentando ao mundo "um avião brasileiro de última geração". Só que nem tão cedo a indústria brasileira poderá fabricar o "avião brasileiro". Pelas próximas décadas, o Brasil deverá pagar aos italianos se quiser ter o AM-X voando sobre o seu território.

As decantadas vitórias no plano de tecnologia militar são desmentidas pelos organismos internacionais especializados em acompanhar a corrida armamentista. É cada vez maior a defasagem entre as grandes potências possuidoras de um fantástico arsenal cada vez mais sofisticado, e os países dependentes, que posam de fabricantes de armas.

Na ocasião em que o Congresso passa a discutir o Orçamento Nacional para 1990, que prevê a continuação de grandes investimentos militares, é necessário ter bem presente o saldo da aventura militarista das últimas décadas. Este saldo não representa apenas muitos bilhões de dólares irresponsável e inutilmente desperdiçados. Abrange os desvios do desenvolvimento industrial, os descaminhos da política energética, os graves riscos de grandes acidentes expondo a população, a difusão de uma falaciosa noção de defesa nacional. Longe de garantir nossa soberania, a aventura militarista contribuiu decisivamente para que o país persistisse na dependência dos grandes centros financeiros internacionais.

Os militares não querem que seus planos sejam contrariados. Mas para que o Brasil mude de fato, é preciso contrariar os planos dos comandantes militares da mesma forma como precisamos contrariar os interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros. Resta uma grande luta para que o Congresso Nacional não mantenha as pretensões da hierarquia militar.

*Deputado federal (PCdoB—PI) doutor em História pela Universidade de Paris

A Frente Brasil Popular está conscientizando o nosso povo

Clóves Geraldo *

Nos últimos meses o prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, do PT, eleito pela Frente Vitória (PT, PCdoB, PSB, PV, PSDB, PCB), tem dividido seu tempo entre a administração da capital capixaba e constantes viagens pelo Brasil afora, acompanhando Lula na campanha presidencial. Vitória está com mais de 200 mil habitantes, e Buaiz busca realizar uma administração popular, como conta nesta entrevista exclusiva à Classe Operária, onde fala também da batalha presidencial.

Classe: Como o senhor analisa, hoje, a formação da Frente Vitória?

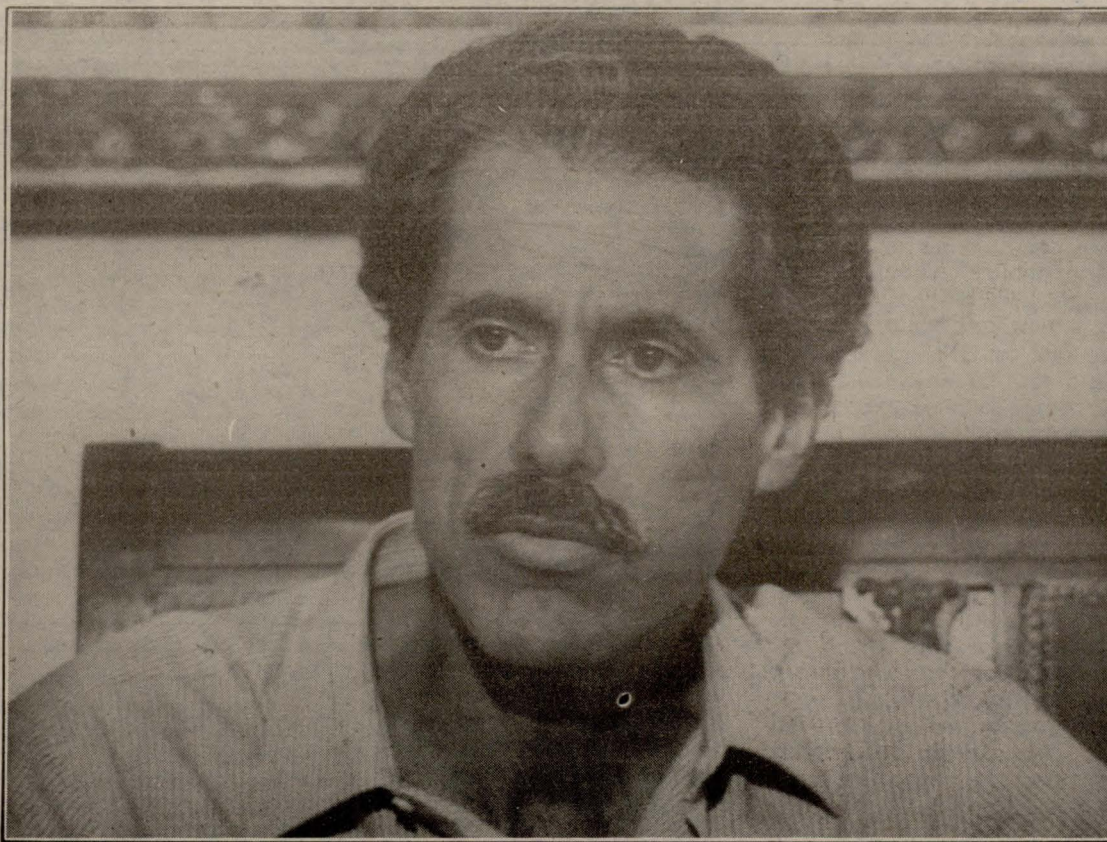
Buaiz: Desde o início das discussões sobre as eleições municipais de 88 que, dentro do Partido dos Trabalhadores, vínhamos defendendo a proposta da frente. Tivemos certas resistências na medida em que alguns companheiros consideravam que o PT poderia ganhar as eleições isoladamente. Mas eu acho que foi fundamental, para nós, a formação da Frente Vitória.

Classe: A Frente Brasil Popular é integrada pelo PT, PCdoB e PSB. Mas em Vitória temos alguns partidos que estão fora desta composição. O fato do PSDB, PV e PCB fazerem parte da Frente Vitória e não da Frente Brasil Popular tem causado problema?

Buaiz: Desde o início da campanha eleitoral do ano passado estava claro que formamos uma frente para as eleições municipais. Fora disto, qualquer outra eleição — fosse presidencial ou estadual — passaria novamente por uma discussão entre os partidos. E a administração municipal não tem sido prejudicada pelo fato de que nem todos os partidos da Frente Vitória estão na Frente Brasil Popular.

Classe: Como o sr. vê os entendimentos entre PT e PCdoB?

Buaiz: Vejo esta composição de uma forma bastante otimista. Acho que essa aliança vem fortalecer o avanço das lutas populares em nosso país. Vem fortalecer a luta dos trabalhadores, não só na cidade como no campo. Eu tenho certeza de que o engajamento de outras



Buaiz: "Uma administração popular, sem sustentação do movimento organizado, está fadada ao fracasso".

forças políticas, de outros partidos de esquerda, vai levar a uma transformação séria no quadro político do nosso país e no quadro social.

Classe: Que papel essa frente pode jogar na mudança estrutural do país?

Buaiz: Esta frente de esquerda já está exercendo o seu papel. Está dando consciência política ao povo brasileiro; colocando claramente o seu programa de governo, e sua proposta de trabalho. Melhor ainda: deixando claro de que lado ela está. Os outros candidatos têm-se colocado, em sua maioria, ao lado das classes dominantes, querendo manter os privilégios dos grandes. E a Frente Brasil Popular é a única que está colocando claramente que vai fazer a reforma agrária no país, decretar a moratória do pagamento da dívida externa e fazer uma auditoria; suspender o pagamento dos juros dessa dívida — pois tem certeza de que pagando-a representará mais fome e miséria para o nosso povo. E a frente ainda se propõe a romper com a dependência ao capital multinacional, exigindo que os banqueiros paguem seus impostos e que os salários sejam dignos. Hoje no Brasil tem uma injustiça muito grande na distribuição das riquezas. A Frente Brasil Popular coloca claramente a sua disposição de dividir o poder com as classes populares.

Classe: Como o sr. vê a questão da estatização?

Buaiz: Não é a questão central da discussão política hoje. Ela vem ocorrendo ao longo dos anos, em todos os setores. Como profissional de saúde, tenho assistido a este debate, no sentido de que a iniciativa privada tem defendido a privatização da saúde. Mas se a saúde for privatizada em nosso país, estamos perdidos! Os trabalhadores brasileiros jamais vão ter condições de pagar uma consulta médica. Temos de defender a previdência social, o atendimento de melhor qualidade nos órgãos da previdência. Principalmente no Inamps e nos setores de saúde dos Estados e municípios. Além do mais, queremos que esta discussão caia no seio da sociedade brasileira, porque o governo, em fim de mandato, está querendo privatizar empresas rentáveis. O exemplo disso está aqui perto de nós — a Companhia Siderúrgica de Tubarão. Uma companhia altamente rentável, que tem prestado serviços ao país. E o governo quer entregá-la à iniciativa privada. Além disso, existe um precedente seríssimo que foi a venda da Companhia Ferro e Aço, a Cofavi, a preço de banana. Uma companhia que valia 350 milhões de dólares foi vendida por 10 milhões de dólares. Isso é uma aberração. Não podemos permitir que isso continue acontecendo. O Congresso Nacional tem o direito de dizer quais são as estatais que devem ou não ser privatizadas. E a sociedade

brasileira tem de participar desse amplo debate.

Classe: Uma das características das administrações anteriores de Vitória era ter focos de corrupção. Como o sr. está enfrentando este problema?

Buaiz: A corrupção aqui na Prefeitura se fazia em maior escala na realização das obras com as grandes empreiteiras. E era difícil, numa concorrência para a realização de obras, as pequenas e médias empresas de Vitória serem contempladas. Os pequenos empresários aqui jamais conseguiram uma concorrência. Por que? Porque o bolo não era distribuído. Fazia-se um levantamento para realizar uma grande obra em determinado lugar. E em vez de dividir esta grande obra em pequenas partes — que pudessem contemplar a todos os pequenos e médios empreiteiros —, as grandes empresas eram privilegiadas. Hoje invertemos isso. Estamos fazendo concorrências lícitas, legais, públicas. Existe uma comissão de licitação nomeada pelo prefeito. E com isso conseguimos atender aos pequenos empreiteiros. Hoje, dentro de Vitória, as grandes empreiteiras estão marginalizadas. O papel da administração pública é atender aos pequenos, e não aos grandes.

Classe: Como a Frente Vitória está atendendo às camadas populares?

Buaiz: Pela primeira vez aqui na capital do Espírito Santo foi discutido o orçamento mu-

nicipal com as comunidades. Anteriormente, o prefeito e seu secretário do Planejamento elaboravam o orçamento-programa dentro do gabinete e ignoravam as comunidades. Tinham alguns encontros com vereadores para receber o seu apoio e lhes faziam concessões em termos de obras e serviços. Hoje discutimos com a comunidade. Houve um avanço significativo. A comunidade amadureceu bastante nessa discussão, uma vez que ela era desorganizada e sem a consciência política da necessidade de discutir as prioridades na aplicação dos recursos. Agora a comunidade esteve conosco na entrega da proposta do orçamento-programa para 1990 e os vereadores começam a entender que aquilo que está definido nesta proposta feita com a participação das comunidades só pode ser alterado se houver o aval dessas comunidades. Então uma administração democrática e popular, se não tiver a sustentação do movimento popular organizado, está fadada ao fracasso.

Classe: Como o sr. analisa a ascensão de Lula nas pesquisas eleitorais?

Buaiz: Já tínhamos essa expectativa há três meses. A campanha, enquanto não estivesse na televisão, não mostrasse à opinião pública a verdade dos fatos — quem são os candidatos, quais os seus programas de governo —, seria difícil. O Lula tinha que mostrar seu programa para ter ascensão dentro da opinião pública brasileira. Aliás, nós sabemos todos que a Rede Globo está fazendo a campanha do candidato da direita, que é o Fernando Collor de Mello. No entanto, nós, da Frente Brasil Popular, com muita competência, muita capacidade (mostrada através do programa da propaganda gratuita, mas também através de militância dos partidos que a integram, que foram às ruas), nós estamos conseguindo concentrar grandes massas nos comícios do Lula. Isso sem dúvida fez com que a população começasse a entender a nossa mensagem de transformação social. Com isso a tendência é o Lula realmente ascender nas pesquisas. Depois, tem o voto do indeciso — hoje está em quase 50%. Estes indecisos querem acompanhar de perto cada candidato, saber quais são os seus programas e quem são eles. E esses indecisos, certamente, na sua maioria, vão aderir à campanha de Lula e ao plano da Frente Brasil Popular.

*Correspondente no Espírito Santo

A cama-de-gato de Mailson

Antonio Martins

O governo conseguiu deter uma disparada incontornável de preços, que ameaçava explodir antes de 15 de novembro. Mas seu sucesso baseia-se em acertos políticos com empresários, com o objetivo de frear o crescimento eleitoral da esquerda, e numa transferência ainda mais brutal de riqueza para os aplicadores do over. Os conservadores estão levando conscientemente o Tesouro à bancarrota, para dizer depois que a única saída é a privatização geral.

O ministro Mailson da Nóbrega "estava tão eufórico que precisou ser contido por assessores" na noite de 5 de outubro, segundo informou o jornal "O Estado de S. Paulo". Mailson acabava de encontrar-se com um grupo de quase 30 empresários, entre os mais influentes do país, e parecia prestes a convencê-los, após dias de tentativas, a aceitar uma nova sistemática de reajustes de preços, baseada na aplicação automática de um índice de aumento equivalente a 90% da inflação do mês anterior.

Mailson e os que pensam como ele tinham de fato motivos para comemorar. A perspectiva de acordo punha fim a várias semanas de crise, tensão e sobressaltos, no governo e no mundo dos negócios. Durante as duas semanas anteriores tinham aparecido sinais claros e repetidos de que o país estava a um passo da hiperinflação. Agora, porém, o que surgia era algo mais que a simples possibilidade de adiar por algumas semanas a ameaça do descontrole generalizado de preços, que teria consequências imprevisíveis se ocorresse às vésperas de um pleito presidencial onde a esquerda vai reunindo novamente condições de ser vitoriosa. O governo e os grandes empresários com quem se articulou reuniam condições para costurar, no prazo de alguns dias e através de um processo intrincado de negociações, um conjunto de medidas cujo resultado objetivo será a eclosão de uma crise financeira sem precedentes no Estado brasileiro, logo após o pleito. Como os planos dos conservadores pressupõem também a vitória eleitoral de um candidato comprometido com suas teses, a situação surgida daí será o pretexto para justificar o que o ministro Mailson chama de "redução drástica do tamanho do Estado".

Ameaça de descontrole geral de preços surgiu na metade de setembro

Para entender melhor os fatos é preciso recuar um pouco no tempo, até as duas últimas semanas de setembro. Muito antes do IBGE anunciar o índice oficial de inflação, que romperia com folgas a barreira psicológica dos 30%, surgi-

ram sinais de um novo descontrole financeiro e de preços, de grandes proporções.

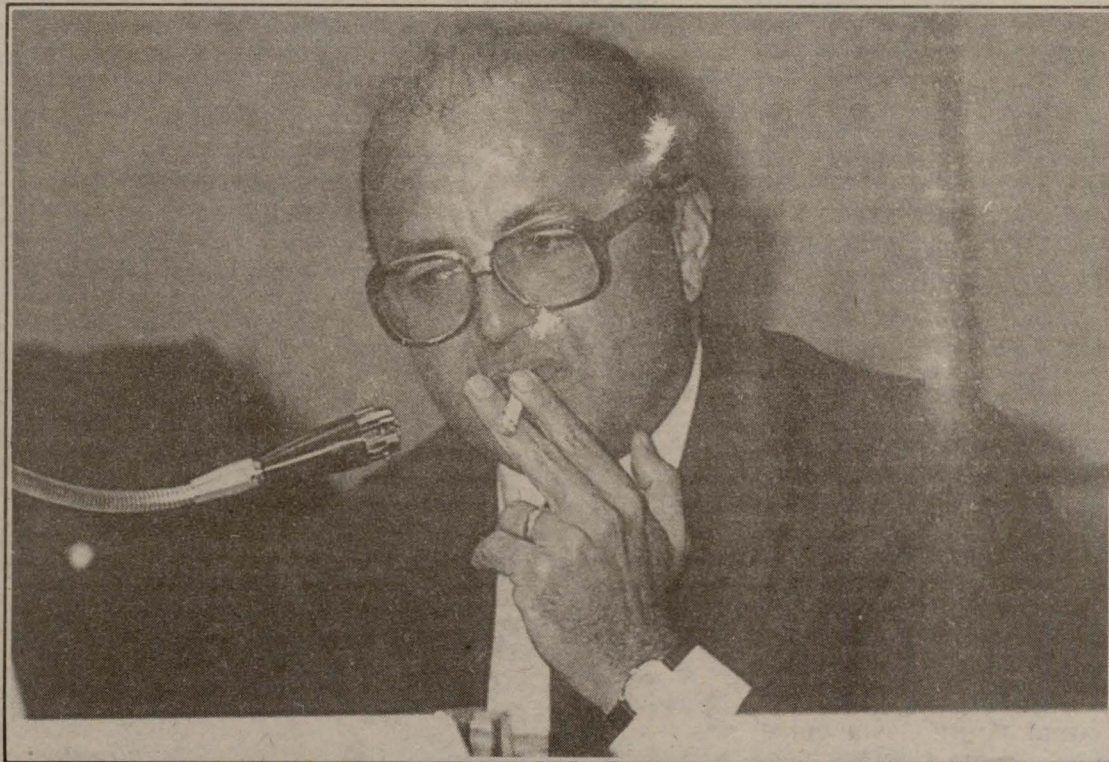
A partir do dia 20 ficou claro que os credores da dívida interna, que movimentam diariamente cerca de 40 bilhões de dólares no *Overnight* haviam mais uma vez iniciado um movimento de fuga parcial daquele mercado para compra de volumes consideráveis de ouro, de dólar, ou mesmo de estoques de mercadorias. Dois motivos básicos os impulsionavam para tanto.

Primeiro, o governo iniciara um mês antes, e depois de seguidas reclamações, um tímido processo de recuperação dos preços e das tarifas públicas, que haviam sofrido nova e forte defasagem desde o início do Plano Verão. A recomposição desses preços já permitia prever um aumento das taxas de inflação, e uma consequente queda dos juros reais pagos aos aplicadores no over. Embora ainda situadas no expressivo patamar de 35% ao ano, três vezes superior portanto ao limite fixado pela Constituição, estas taxas já eram insuficientes para satisfazer os que aplicam na ciranda financeira.

Queda de Collor levou aplicadores a temer futuro do over

É isto devia-se em parte ao surgimento de um segundo fator de intranquilidade, de ordem política. As pesquisas eleitorais já estavam indicando uma queda rápida e acentuada das intenções de voto no candidato Fernando Collor de Mello, cuja ascensão, meses antes, havia sido saudada com misto de entusiasmo e alívio pelos credores da dívida interna. O declínio de Collor, e a possibilidade novamente visível da vitória de um candidato de esquerda, fazia renascer nos aplicadores no over o medo de perderem de repente os rios de dinheiro ganhos às custas do Tesouro. Por isso eles ameaçavam migrar deste mercado para outros considerados mais seguros.

Foi assim que cresceram significativamente, a partir de 20/9, tanto os volumes quanto as cotações do ouro e dólar nos negócios feitos pelas bolsas de mercadorias e pelos doleiros. Ao final do mês estes dois ativos haviam acumulado altas em torno de 15% acima



Por trás das medidas que levarão ao caos depois de 15 de novembro, um objetivo declarado: "Estou colocando meus tijolinhos" pela privatização.

da inflação. E o governo começava a perder inteiramente o controle sobre a quantidade de moeda em circulação.

Porque ao fugirem do over os aplicadores convertem títulos da dívida interna em dinheiro vivo. No mês de setembro a quantidade de moeda em circulação cresceu 43,5%, segundo dados do Inpes, um instituto de pesquisas da Secretaria do Planejamento da Presidência. A tendência apontava para o agravamento deste processo, e a menos que ele fosse revertido poderia haver em curto prazo uma inundação de dinheiro no mercado, que desembocaria inevitavelmente em hiperinflação.

Mailson negocia com empresários, e concede amplas vantagens

O ministro da Fazenda encontrava-se em Nova York, participando da negociação sobre a dívida externa. Mas no dia 27 a situação era tão tensa que ele autorizou o ministro interino, Paulo Cesar Ximenes, a fazer declarações em seu nome, adiantando que ao voltar ao Brasil iniciaria imediatamente reuniões com os empresários, na busca de uma saída de emergência. Um dia depois, já no Brasil, Mailson definiu, numa reunião com os demais ministros econômicos e o chefe do SNI convocada em caráter extraordinário pelo presidente Sarney, as linhas gerais que pretendia seguir para debater a crise. Antecipou que estava disposto a elevar as taxas de juros pagas no over e a frear a recomposição de preços e tarifas públicas. E disse que além disso discutiria com os empresários a possibilidade de limitar os reajustes mensais de preços a um índice fixo,

sempre abaixo da taxa de inflação do mês anterior.

Começou então uma longa maratona de encontros e negociação entre o ministro e cada um dos principais setores do empresariado que conduziria, mais de dez dias depois, aos primeiros acordos formais sobre aumentos de preços. Tão extenso quanto o prazo necessário para o acerto foi o conjunto de temas tratados. E ao final dos entendimentos o governo havia adotado uma série de decisões que foram abordadas apenas superficialmente pelos jornais, mas que equivalem a um aprofundamento inédito da política de favorecimento aos grandes grupos econômicos, e que embora permitam criar uma ilusão de controle dos preços até as eleições conduzem concretamente a uma crise de proporções ainda maiores, logo após o pleito.

Uma taxa de juros que arruinará o Tesouro em três meses

A primeira, e talvez a mais grave destas medidas é a elevação a níveis estratosféricos da taxa de juros paga pelo governo a seus credores. No primeiro dia útil de outubro, quando os empresários ainda não haviam manifestado sua concordância com a nova sistemática de preços, o governo decidiu cortá-los, oferecendo uma remuneração tentadora a suas aplicações no over. De 2,5% ao mês em setembro os juros pularam para 8,05% ao mês em 2/8. E subiram mais um pouco, nas semanas seguintes, atingindo 8,4% acima da inflação, no dia 17. Anualizada, a taxa equivale a 165,28%, ou treze vezes mais que o teto que a Constituição procurou impor. Tão dramáti-

cos quanto o desrespeito aberto à decisão constitucional porém, são as consequências que a medida trará para o Tesouro Nacional. Apenas nos três meses que nos separam do fim de 89 estes juros custarão ao Estado brasileiro o equivalente a 12,43 bilhões de dólares. O dobro da soma de gastos estatais com investimentos prevista para todo o ano de 1990 pelo Orçamento Geral da União apresentado no último dia 2 ao Congresso Nacional pelo governo. É portanto uma política que conduz em curto prazo ao colapso geral das finanças públicas.

Estrangulamento ainda maior das empresas estatais

Mas as negociações com os empresários produziram ainda outros desajustes. A recomposição do valor real dos preços e tarifas públicas foi de fato interrompida, o que prolongará e tornará ainda mais grave a penúria imposta às empresas estatais. A própria Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib), uma entidade que congrega empresários privados, reconheceu no último dia 14 que preços como o do aço estão 43% defasados, se comparados aos índices de 1975. No caso do transporte ferroviário a perda chega a 46%; atinge 53% nos serviços telefônicos e 34% na eletricidade. Mas é provável que em alguns meses, quando a situação financeira das empresas que prestam estes serviços se deteriora, elas enfrentem dificuldades porque são "mal administradas", e proponha sua rápida entrega aos particulares.

Ao contrário do que transparece da leitura rápida dos jornais, os entendimentos entre Maílson e os grandes empresários conduziram também a uma *liberalização acentuada* da política de controle de preços. Os acordos firmados com setores da indústria e do comércio a partir de 10/10 estabelecem que os produtos cujos aumentos dependiam até então de autorização do Conselho Interministerial de Preços (CIP) estão agora *liberados* disso que a direita chama de um "constrangimento burocrático". Os empresários que desejarem aplicar reajustes que não ultrapassem 90% do índice de inflação registrado no mês anterior poderão fazê-lo sem qualquer "burocracia". E sempre que se desejar aumentos maiores basta recorrer a uma "câmara setorial de preços", onde os pedidos são analisados não mais por técnicos do governo, mas por líderes empresariais e ministros.

Ampla liberdade de preços, e reajustes de até 64% ao mês

As primeiras reuniões das câmaras setoriais, aliás, foram uma demonstração do que poderá ocorrer após a adoção da nova sistemática. As multinacionais montadoras de automóveis obtiveram em 11/10 um reajuste *suplementar* para seus produtos, cuja última elevação ocorrera apenas 16 dias antes. Um dia depois foi a vez das múltiplas que fabricam pneus, cujos preços subiram ainda mais espetacularmente: 64%. E no dia 12, logo depois de fecharem seu acordo particular com o governo, os fabri-

cantes de remédios pegaram carona na maíe altista, anunciando que também se sentiam no direito de convocar a câmara setorial respectiva para pedir majorações acima das "oficiais".

Um artifício para mascarar a enorme alta da inflação

Governo e empresários uniram-se, contudo, para adotar um artifício estatístico capaz de impedir que estes reajustes apareçam nos índices de inflação antes de 15 de novembro. Isso foi feito graças a uma particularidade da metodologia através da qual o IBGE calcula o aumento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

Embora seja costumeiramente divulgado no último dia útil de cada mês, o IPC apura na verdade a alta de preços registrada entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês-base. As duas semanas seguintes servem para processar eletronicamente os dados coletados pelos pesquisadores.

Portanto, um aumento ocorrido no dia 16 de outubro, por exemplo, não será considerado no índice de inflação referente a outubro, mas apenas no IPC de *novembro*. Este, por sua vez, será divulgado apenas no final do mês, 15 dias *após* a realização das eleições.

Não foi por outro motivo que *todas* as majorações anunciadas pelas câmaras setoriais a partir do dia 11 de outubro foram espertamente *adiadas* para o dia 16. Elas exercem pressão sobre a economia e os gastos da população desde aquela data. Mas ficarão camufladas pelas estatísticas até

que passe o momento crucial do pleito.

É fácil agora imaginar o cenário desolador a que o leque de medidas adotadas ao longo dos entendimentos entre o governo e empresários conduzirá o país, logo após 15 de novembro. Obrigado a uma transferência de riqueza sem precedentes para os credores da dívida interna, o Tesouro terá enormes dificuldades para fazer frente às despesas mais elementares. As tarifas deprimidas conduzirão as empresas estatais a um atoleiro ainda mais profundo. E livres dos controles oficiais, os preços poderão iniciar, enfim, sua marcha rumo ao descontrole completo. Em contrapartida, as grandes empresas particulares, beneficiadas pela taxa estratosférica de juros, exibirão certamente sinais de notável pujança e saúde financeira.

O ministro reconhece: objetivo é privatização geral

É preciso menos esforço ainda para entender os objetivos estratégicos que estão por trás destes movimentos. Inclusive porque, nos últimos dias, estes objetivos passaram a ser declarados abertamente.

Entrevistado no último dia 8 pelo jornal "O Estado de S. Paulo", o ministro Maílson da Nóbrega, que comanda pessoalmente o esvaziamento dos cofres públicos em benefício dos credores da dívida interna, declarou de forma cínica que "a doença do Brasil é o Estado". Propôs, como única saída, que o governo eleito em 15 de novembro "reduza drasticamente o tamanho do Estado", o que equivale, segundo

seu próprio depoimento, à venda generalizada das empresas estatais. E quando o entrevistador lhe indagou se ele não se sentia frustrado por não ter executado durante sua gestão este "tratamento", Maílson explicou que lhe faltaram "condições políticas". Imediatamente, contudo, reconheceu que ele próprio e mais os também ministros João Batista de Abreu e Dorothea Werneck estão "colocando alguns tijolinhos" na luta para atingir tal objetivo.

Igualmente claras são as intenções da Fiesp, cujos principais dirigentes participaram assiduamente das negociações com o governo. A entidade lançou no dia 15 uma "cartilha" em que explicita o que para ela é "a única forma" de evitar a disparada de preços. "Não há como evitar a hiperinflação — diz o documento — sem ajuste radical e liberalização da economia". Um pouco adiante diz que vê "na mudança de governo" a oportunidade de "conseguir um consenso" em torno destes postulados.

Crescimento de Lula ameaça planos e leva Amato ao descontrole

Entusiasmado pelo sonho de partir logo após o pleito para a privatização em massa das estatais, o jornal "O Estado de S. Paulo" foi ainda mais longe. Chegou a aventar a possibilidade de um golpe eleitoral, lamentando que com o país mergulhado na crise seja necessário "cumprir todo o ritual dos dois turnos" fixado pela Constituição para as eleições presidenciais.

O firme crescimento da candidatura de Lula, constatado nas últimas semanas por todas as pesquisas de intenção de voto, foi visto como a grande ameaça a este projeto, no qual a direita empenha suas esperanças de sair da crise consolidando ainda mais o poder dos grandes grupos econômicos. Talvez por isto o candidato da Frente Brasil Popular tenha merecido ataques furiosos de homens como Mário Amato, presidente da Fiesp, que previu não apenas a evasão de dólares, mas também a fuga em massa de empresários, no caso de sua eventual vitória.

É que o encalacrimento em que o país se meteu abre *duas* possibilidades de saída, opostas entre si. É que aos planos de privatização em massa da direita, e às demais medidas incluídas no receituário neoliberal de quase todos os candidatos, é possível contrapor um outro leque de alternativas, baseado na conquista da soberania nacional e em *desmantelar*, ao invés de aprofundar, o modelo de desenvolvimento que nos levou ao desastre. É que vão surgindo sinais cada vez mais evidentes de que um enorme contingente de trabalhadores pode dar seu voto e seu apoio militante a um projeto político que apareça claramente como *de oposição* aos planos da direita. Na disposição dos dirigentes e dos ativistas da Frente Brasil Popular em aparecerem como portadores deste projeto, e em sua capacidade de fazê-lo pode estar repousando boa parte das chances de converter em vitória concreta as enormes potencialidades da candidatura de Lula, claramente visíveis nesta reta final da disputa sucessória.

Arquivo



Líderes empresariais, em 11/10, após negociação com Maílson: satisfação indisfarçável com as decisões do governo

Como foi derrotada a manobra

As investidas da chamada iniciativa privada, e em particular do capital estrangeiro, para privatizar a Mafersa — uma estatal bem-sucedida e lucrativa — são antigas. Mas só agora, com a luta conseqüente dos operários em defesa da empresa, ficou evidente a grande negociata que governo e empresários tramam contra o patrimônio do povo através do programa apresentado sob o invólucro neoliberal da desestatização, eivado de propósitos escusos, negociatas e artifícios contábeis.

Luiz Carlos Antero *

Foi, antes de tudo, uma singular demonstração de força. Afinal, uma empresa com 2.700 funcionários não poderia mudar de modo tão vigoroso os rumos de um programa de governo firmado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. O Programa Federal de Desestatização, estabelecido pela prostituída índole entreguista do governo José Sarney, em simbiose com os gestores do imperialismo, foi golpeado duramente. A luta contra a privatização da Mafersa, capitaneada pelas comissões de fábrica de São Paulo, Caçapava (SP) e Contagem (MG), foi bem mais que um combate único de garra, habilidade e ousadia. Tratou-se de um elevado momento de compreensão política da classe operária, organizada em força de choque contra o capital monopolista estrangeiro e nacional.

A denúncia acerca da fraudulenta manobra entreguista encerrou o momento culminante de uma longa trajetória, no momento em que o programa de televisão da Frente Brasil Popular tornou pública a iminente negociata. A fulminante repercussão da luta deixou atônitos José Sarney, seus assessores e aliados imediatos e mais distantes e todos os candidatos de direita na sucessão presidencial. O arqui-pelego Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, articulou um pálido encontro no Planalto com o desajeitado Sarney, que sustou a privatização da empresa sem convencer ninguém da seriedade de seus propósitos. Tão ridículas foram as seqüelas do impensado gesto que, logo em seguida, um articulista do Jornal da Tarde (SP) reproduziu jocosamente declarações do pelegomor, nas quais ele afirmava: "a candidatura Collor de Mello está caindo em minhas bases porque está todo mundo contra ele, e Lula está subindo porque ele fez barba, cabelo e cavanhaque no caso Mafersa".

Mas, que luta foi esta, capaz de influir até mesmo nos enigmáticos índices de pesquisa, tão aplaudidos e, contraditoriamente, exorcizados por tantos? Inserida numa conjuntura de profunda crise geral do capitalismo, de acirramento im-

par de luta de classes e apimentada no aquecimento das refregas eleitorais, a vitoriosa pugna operária contra os embusteiros da Nova República foi favorecida por diversos fatores. Entre estes, o da crescente revolta de amplos setores da sociedade civil contra o entreguismo pintado em tintas fortes nas faces do governo Sarney.

"Quando chegamos em Caçapava — de 80 mil habitantes —, encontramos um clima de indignação e de discussão pública em torno da privatização, logo após a publicação do edital pelo governo", afirma Valmir Santana de Almeida, 33 anos, coordenador da Comissão Sindical de Fábrica (CSF) da Mafersa em São Paulo, oito anos de empresa. A reunião — primeira numa série de três que aconteceram no município do interior paulista — incluiu a presença de representantes da CSF de Contagem e detonou um processo de mobilização que criou sucessivos fatos políticos. Prefeitos e vereadores do Vale do Paraíba produziram um contundente documento contra a criminosa investida. As CSFs de São Paulo e Caçapava foram a Brasília acompanhadas por representantes da comunidade, denunciaram a empulhação do edital do BNDES para 52 entidades congregadas no Encontro Nacional de Trabalhadores em Empresas Estatais e obtiveram o apoio congres-

sual da Frente Parlamentar Nacionalista para o encaminhamento de um decreto-lei que susta todas as privatizações imaginadas pela equipe de Sarney — em tramitação.

Somente os partidos da FBP encamparam a luta antiprivatista

"Somente os partidos da Frente Brasil Popular encamparam a luta, apesar dos apelos que fizemos a todos", denuncia José Alexandre, 29 anos, montador, vice-coordenador da CSF de São Paulo, 10 anos de Mafersa. "Até Valdir Pires foi convidado e fugiu da luta", acrescenta o vereador metalúrgico Vital Nolasco (PCdoB — SP). "A primeira batalha foi despertar amplamente para o problema, que, já em fevereiro, foi exposto para Luiza Erundina pela comissão de São Paulo, na audiência mensal que ela nos concede.

Em agosto e setembro, depois da publicação do edital, a luta intensificou-se e, agora em outubro, o programa de TV da Frente Brasil Popular marcou o tento final com expressiva repercussão, ficando Sarney e seu time em total defensiva". Nolasco narra empolgado as inúmeras iniciativas populares no rastro da vitória: carta aberta à população do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; dossiê, discursos em plenário de iniciativa sua, solidariedade de inúmeras entidades sindicais, entre diversas outras formas de luta.

Ao concretizar uma visita ao então presidente da Mafersa, juntamente com quatro outros vereadores de vários partidos, e membros da CSF de São Paulo, foi tomado por um sentimento misto de indignação e fúria quando compreendeu que havia uma nítida ação do-

losa na tentativa de liquidação da empresa: "na audiência, ele informou que havia 140 ônibus em estoque no pátio, dos quais três lá há um ano e 40 há mais de seis meses, sem falar em 30 outros que estavam na linha de montagem; e tudo, à exceção do motor, de tecnologia nacional". O vereador comunista ficou revoltado também com a displicência dos dirigentes do BNDES com relação aos projetos existentes e engavetados na Mafersa, a exemplo do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), pronto para ser colocado rapidamente em funcionamento. Segundo ele, "um bonde moderno, de fácil adaptação e baixo custo, sem know-how estrangeiro".

Vital atingira o cerne do problema. Afinal, como compreender um modelo de desenvolvimento como este? Diante da opção histórica de privilegiar a indústria automobilística (maciçamente estrangeira), os derivados do petróleo e, posteriormente, o álcool — para gáudio dos latifundiários capitalistas da cana-de-açúcar, ricamente agraciados com o impopular Pró-Álcool —, nada seria mais natural que a destruição sumária de uma empresa estatal (nacional, portanto), cuja produção e rentabilidade colocasse em cheque este modelo. A opção preferencial por estradas onerosas para um transporte oneroso fez sucumbir gradualmente qualquer possibilidade de expansão real para o transporte ferroviário desde o governo JK, transitando pelo regime militar com o aprofundamento da dependência brasileira às soluções externas, até os negros anos do governo Sarney. Hoje, mergulhado num profundo déficit de transportes de massa, o país encontra também este dilema em sua encruzilhada, diante da necessidade

real de substituição do atual regime econômico e social, para uma efetiva resolução dos grandes problemas de seu povo.

"Com este regime não teríamos condições de direcionar o sistema de transportes para o bem-estar da população, investindo em soluções de interesse coletivo. A quem este governo iria comprar ônibus e vagões após vender a Mafersa? As multinacionais, logicamente, e isto não os preocupa". O questionamento desta opção cresceu na mente dos operários ao sabor das insistentes manobras oriundas do Programa Federal de Desestatização.

Mas, esse maquiavelismo não é tão novo e remonta a um antigo debate que envolve, de um lado, o chamado privatismo neo-liberal, (produto dos cérebros do imperialismo em sua fase mais recente de desenvolvimento), e, de outro, correntes de pensamento com uma certa diversidade que advogam a presença mais firme do Estado na economia (num leque que abrange desde os que consideram esta uma trincheira de luta rumo à consecução de objetivos estratégicos, relacionados com as mudanças estruturais de interesse da classe operária e do povo, até os de coloração social-democrata, que, de um modo ou de outro, representam interesses do capital não-associado ao estrangeiro e acreditam em reformas para o capitalismo). Uns e outros, por razões e caminhos diversos, apresentaram uma atitude de oposição às diversas tentativas de privatização (e, em geral, desnacionalização) perpetradas contra empresas estatais de importância essencial para o desenvolvimento auto-sustentado do país, a exemplo da Petrobrás.

No caso particular da Ma-



Mafersa, uma empresa eficiente, lucrativa e, por isto, muito cobiçada pelos próceres da "livre iniciativa", que a desejam de graça

entreguista contra a Mafersa

por que vender uma empresa que é a 3ª do mundo no gênero?

fersa, o dilema perspassou um ângulo complicado. Seu vértice: por que vender uma empresa que é a 3ª do mundo no gênero, fabrica vagões, trólebus, material ferroviário, ônibus a diesel, rodas e eixos que abastecem o mercado interno, e, de quebra, ainda exporta para 35 países — fornecendo este ano, apenas para o metrô de Londres, 12 mil rodas ferroviárias? Uma das empresas de maior rentabilidade, historicamente, entre as estatais brasileiras (hoje, 176), a Mafersa foi fundada em 1944 por empresários privados, reinstituída em 1958, e, após um rumoroso processo de averiguação nas irregularidades existentes (semelhantes às empresas “modernas”: atuação como empresa relapsa, falta de cumprimento de obrigações de empréstimo e aval, calote em clientes que pagaram adiantado etc.), foi estatizada em 1964 pelo governo Goulart. Em três anos, mesmo gerenciada pelos generais, recuperou-se da ressaca monstruosa de seus anos “privados”, e, após 20 anos de orgia, passou a dar lucro. Com isto, passou a ser também um dos principais alvos da ganância de grandes grupos monopolistas internacionais.

Ainda nos anos 60 sofre o primeiro fustigamento. O comitê londrino do cartel internacional de rodas de aço (International Steel and Wheel Set Arrangement) comandou uma redução de 40% nos preços do produto, com o feroz propósito de destruir a Mafersa. Esta havia inaugurado naquele momento sua fábrica de Caçapava, que ficou paralisada durante oito anos, privando a estatal de uma expressiva produção de rodas de aço, seu principal produto de exportação.

Anos depois, quando a Mafersa maximizava seu desempenho, superada no setor ferroviário apenas pela Cobrasma (1,5% apenas de diferença), a intrusa General Electric, que está fora do ramo no Brasil, tentou comprá-la aparentemente através de um insignificante candidato a testa-de-ferro brasileiro, fazendeiro. Oficialmente, o BNDES alegou inexperiência do candidato no ramo e porque este provável emissário da GE portava-se mal, regateando diante do preço estipulado. Na verdade, a empresa foi salva pelo gongo: o Tribunal de Contas da União assegurou a nulidade do ato de venda a Roberto Pessoa Naufal, que, a partir de um patrimônio declarado de 33 milhões de cruzeiros iria comprar um acerto patrimonial de 28,1 bilhões de cruzeiros, com 15,76 bilhões

de cruzeiros em patrimônio líquido e um lucro de 2,4 bilhões de cruzeiros. O candidato foi reprovado pelo TCU também nos itens “idoneidade” e “bem sucedida experiência empresarial”.

Diante do namoro insistente entre a empresa e a iniciativa privada, alvejada pelos cupidos do BNDES, os funcionários começaram a alimentar a veleidade de comprar inicialmente os direitos de acionista minoritário, uma vez que o preço era baixo e, juntos, poderiam ultrapassar, quem sabe, o sr. Naufal, e, quem sabe, a própria GE. Fundaram a Sociedade em Conta de Participação dos Empregados da Mafersa (Socopem), que chegou inclusive a juntar algum dinheiro. O banquete, no entanto (e como não poderia nunca ostentar tal destinação), não os incluía como convidados sequer para as migalhas.

Sob o alento do ímpeto privatizante de Sarney e sua cavernosa equipe o BNDES atacou novamente em 1987, expondo novamente a empresa à venda, desta feita por 13 milhões de dólares, o equivalente a 51% de suas ações ordinárias ou 17% de seu capital total. Este, de acordo com tais cálculos, estava estimado, portanto, em 77 milhões de dólares — valor inferior, à época, ao da dívida do metrô do Rio com a empresa e menor também que o valor dos produtos ferroviários estocados, sem menção a outros estoques e aos bens patrimoniais. Para o BNDES, que pretendia desfazer-se de 95% do capital, de início, “o preço estabelecido não pode corresponder ao valor do patrimônio, mas às perspectivas de mercado e ao lucro da empresa”.

Em 1987, o melhor desempenho global, o Bndes prepara venda

Naquele momento, a Mafersa alcançara o maior desempenho (90,3% sobre o perfil de vendas de 1986) e o primeiro lugar em desempenho global sobre suas concorrentes do setor, e a mesma posição em receita operacional líquida (mais de 82 milhões de dólares) entre as estatais. Além disso, ficara entre as dez maiores em patrimônio líquido real (quase 73 milhões de dólares); lucro antes da correção (45 milhões de dólares); rentabilidade (5,3%); e lucro líquido (3,9 milhões de dólares). Em 23 anos, desde a estatização, operou com eficiência e uma invejável autonomia em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, incomparável na variedade de excelência de seus produtos. O BNDES atentava novamente contra a soberania nacional no momento em que havia encomendas de 372 ônibus para o mercado, somando algo em torno de 44 milhões de dólares



Valmir, coordenador da comissão de fábrica, luta contra o entreguismo

— ou 62% acima do esperado para 1988. Mesmo assim, mencionava uma estranha “previsão” de declínio em rentabilidade para este ano. Tudo porque ocorreram investimentos de cinco milhões de dólares em modernização e diversificação da produção!? Desta feita, a barbaridade não foi consumada porque a Villares e a Logos Engenharia-Duferco Tradding (associadas) queriam pagar menos ainda que o preço da venda estabelecido pelo banco.

Assim como em 1983 (quando apenas o grupo Bozzano Simonsen candidatou-se), em 1988, o BNDES, talvez temendo algo como “perda de função”, voltou à insistente cantilena — mas sem sucesso. Foi agora, já na segunda metade de 1989, que sua “neurótica” persistência esbarrou num obstáculo que pôs a nu, de modo inapelável, o conteúdo sórdido do Programa Federal de Desestatização. O que antes poderia ocultar traços obscuros, tornou-se plenamente iluminado pelo clarão de um dia solar: houve manipulação indistigável nos cálculos para o preço de venda e em sua divulgação. Mais que isso, o BNDES revelou de público sua intenção de “sucatear” a estatal caso não conseguisse vendê-la: “restará a liquidação da empresa e a venda de seus ativos (imóveis, maquinário, estoques etc.), mais vantajosa em termos financeiros para o Sistema BNDES”. Num documento interno da Mafersa anunciou sua predileção por uma “negociação direta com um ou mais investidores estrangeiros para participação minoritária” (!). No jargão técnico do imperialismo isto resultaria numa prazerosa “cooperação”... depois entraria o resto.

O preço, mais convidativo, era inacreditável; bem mais em conta que liquidação de roupas de inverno no verão pau-

lista. Por NCz\$ 0,99 (99 centavos) podia-se comprar um lote de mil ações! Dois meses e meio após o primeiro edital (o preço inicial foi calculado em NCz\$ 0,847 e reajustado em infimos 16,89% numa era de hiperinflação) era o preço de liquidação do excelente empreendimento estatal!

O BNDES anunciou a Mafersa por 39,1 milhões de dólares no dia 31 de julho e, em edital complementar do dia 22 de setembro, converteu em cruzados os dólares de julho (cerca de NCz\$ 85 milhões), quando o preço já seria de NCz\$ 135 milhões. Ou seja, depreciou em 60% o preço estabelecido no primeiro edital. Como pagaria a dívida bancária de 20,2 milhões de dólares da estatal, (injetando, portanto, esta quantia no ato da negociata), o BNDES não aceitou o cálculo estabelecido pela Price & Waterhouse, de 14 milhões de dólares, “com base em critérios aceitos internacionalmente”, e fixou o preço de venda em 22,1 milhões de dólares. Deste total, o comprador teria que pagar apenas 30%, (6,6 milhões de dólares), quatro dias após a operação. O restante do valor do saque seria pago em dez anos, com um de carência, a juros constitucionais de 12% ao ano!!!

Os piratas, desta vez, vieram de velas enfunadas, pois, somente com 40 ônibus prontos (oito milhões de dólares), a dívida do metrô do Rio de Janeiro (18 milhões de dólares, com novas encomendas); e algumas outras receitas, já teriam lucro fantástico. Somente as bobinas de aço inox estocadas (nove milhões de dólares) pagariam a entrada e o restante, “bem aplicado”, saldaría o de longuíssimo prazo. O Chase Manhattan (Banco Lar Brasileiro, dos EUA) um dos maiores credores do Brasil, ligou-se a um “consórcio de funcionários”, e, desde logo, estabeleceu que uma par-

cela do capital necessário teria origem em “operações de conversão da dívida externa”. Apresentou-se também o grupo financeiro Iochpe, que controla a Massey Perkins — 3ª maior receita no setor de materiais de transportes no ano passado. Além desses, a Marvin S.A., associada com a empresa privada nacional de carrocerias Marcopolo; e outra associação formada pelo Grupo Villares com a MAF Participações e a Mitsui Corporation — este último, um grande grupo japonês com três empresas no Brasil, nenhuma no setor de transportes.

“Viabilidade das estatais depende de um novo modelo.”

A resistência vitoriosa do movimento operário e popular foi um verdadeiro manancial de ensinamentos. “Para nós, a questão da viabilidade das estatais passa pela certeza de que um país dependente, para sair dessa situação, precisa, ao lado da reforma agrária, desenvolver sua independência construindo uma indústria de base e também de equipamentos para o transporte, especialmente o ferroviário, pois é inadmissível que estoques de cereais apodreçam no Mato Grosso pela impossibilidade de escoamento. O capital estrangeiro só investe onde há retorno rápido e são poucos os empresários nacionais em condições de investir; também por isso as estatais são importantes. É preciso travar a luta sempre, pois as multinacionais gostam que o Estado construa a infraestrutura e por isso gostam de ‘privatizar’ o que é produtivo e dá lucro. Elas aprontam a festa, comem o bolo e não deixam nem as migalhas para o povo”.

Vital Nolasco manifesta uma outra preocupação: no curso da luta surgiram correntes de pensamento social-democratas que tentaram quebrar o ânimo dos trabalhadores com ilusões acerca de seu papel no processo de desenvolvimento das contradições, defendendo idéias como a da “transferência gradual do controle da empresa”, falando inclusive em “autogestão” e em educá-los “para a gestão da Mafersa”. Valmir de Almeida ouviu falar até de um certo “sistema canadense de autogestão”. Enquanto ele considera que “administrar no capitalismo não é problema nosso”, o vereador metalúrgico afirma: “os operários não estão na luta para gestionar empresas e não alimentam esse tipo de aspirações, pois o Estado e a economia são capitalistas. Bem antes desses que estão aí, os socialistas utópicos pensaram em converter o capitalismo com ilhas assim e não se deram conta de que esta forma de pensamento já foi derrotada do ponto de vista teórico e prático no movimento operário”.

* colaborador da Classe

A negritude ganha o Sul

Edson Ruiz

O movimento negro realiza com êxito o encontro de suas entidades nas regiões Sul e Sudeste, assume concepções políticas avançadas e dá novos passos rumo à unificação da luta anti-racista no país.

Foi um passo de gigante rumo à unificação nacional do movimento negro. Nos últimos dias 7 e 8 mais de 400 pessoas reuniram-se no Instituto de História da Universidade de S. Paulo para participar do II Encontro de Negros do Sul e Sudeste, um evento que era aguardado com grande esperança pelos militantes anti-racistas de todo o país.

E ao final de várias horas de intensa discussão colecionaram um conjunto de êxitos capaz de atender expectativas mais otimistas. Aprovaram a deflagração de campanhas que dão dimensão política clara à luta pela afirmação da negritude. Patentearam, na maioria nítida dos discursos e intervenções, a compreensão de que a luta contra o preconceito de raça, em sua particularidade é inseparável do esforço pela transformação da estrutura de classes que oprime a ampla maioria do povo. Reafirmaram, ao mesmo tempo, o entendimento segundo o qual a organização nacional do movimento negro deve ser feita de forma pluralista e unitária, para que dela participem todas as correntes de que alguma forma se empenham no combate ao racismo. E deram aval a este processo de reorganização, que já havia sido deflagrado nos Encontros de Negros do Norte-Nordeste e do Centro-Oeste, e que agora segue em frente com impulso redobrado.

Presença dos 7 Estados, e de entidades políticas, culturais e religiosas

A representatividade do encontro ocorrido no início do mês é mais um indicio de que as dificuldades do movimento negro estão chegando ao fim. As centenas de pessoas presentes representavam os 7 Estados da região, e mais de 150 entidades, tanto as de caráter político quanto grupos culturais, religiosos e jornais anti-racistas. Na plenária de abertura destacava-se ainda a presença de membros das coordenações regionais Norte-Nordeste e Centro-Oeste do movimento, o que tornava ainda mais evidente a dimensão nacional que ele vai assumindo. E compareceram para dar seu apoio dirigentes do PCdoB e do PT, entidades como a União Brasileira de Mulheres e a União Brasileira de Escritores, e autoridades como Teresa Santos, coordenadora de assuntos afros da Secretaria de Cultura do Estado de S. Paulo.

Demonstrando maturidade e interesse de compreender de

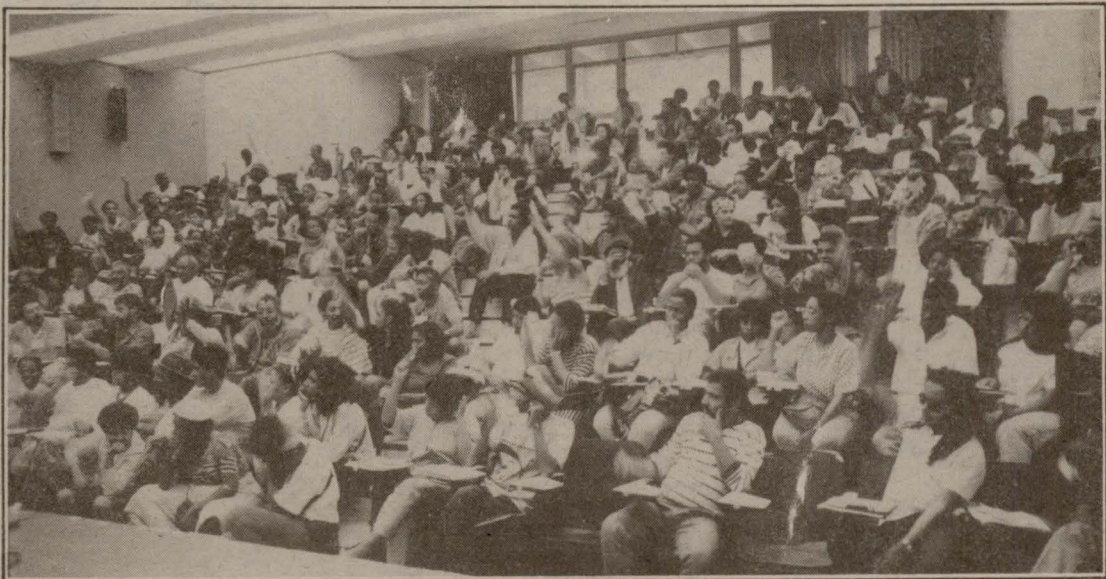
forma aprofundada os diferentes aspectos através dos quais se manifesta a discriminação, os participantes dividiram-se, durante o dia 7, em quatro grupos de discussão, que abordaram temas como Estado e Movimento Negro, Violência Racial, Identidade Cultural e Mulher Negra. As discussões foram marcadas por seu alto nível político e pelo esforço em descobrir bandeiras de luta concretas, capazes de galvanizar os protestos muitas vezes surdos contra o racismo que permeia o cotidiano da vida brasileira.

Para enfrentar violência policial contra os negros

No dia 8 ficou claro que este esforço iria produzir bons resultados. Uma série de plenárias debateu amplamente as sugestões dos grupos e ainda tratou de temas fundamentais, como a sucessão presidencial e a organização nacional do movimento negro. As propostas aprovadas permitem prever o início de um período de lutas anti-racistas mais intensas na região.

O encontro aprovou, por exemplo, a deflagração de uma ampla campanha de enfrentamento à violência policial que se abate sobre a população não-branca. O tema mereceu destaque nos debates, pois há a compreensão generalizada de que os negros são vistos a princípio como suspeitos; de que são inquiridos e discriminados mesmo sem que haja qualquer indicio de sua culpabilidade; e de que contra eles a truculência policial é exercida de forma especialmente crua. A coordenação do encontro, organizada em seu encerramento, ficou encarregada de detalhar em curto prazo os objetivos e os passos da campanha.

Outro assunto tratado em detalhes foi a discriminação especialmente odiosa que recai sobre mulheres negras. Duas vezes discriminadas, só 10% delas ultrapassam 4 anos de instrução escolar, e apenas 1% chega à universidade. 62,7% recebem menos de um salário-mínimo, enquanto que mesmo entre as mulheres brancas esta porcentagem não ultrapassa 34,8% das trabalhadoras. Apenas 5,5% exercem suas atividades profissionais em áreas técnicas, administrativas ou científicas. O encontro do Sul-Sudeste concluiu que é preciso iniciar imediatamente a denúncia e a batalha para inverter esta realidade vergonhosa.



Mais de 150 entidades e a consciência de que é preciso relacionar preconceito de raça e exploração capitalista

A plenária aprovou também uma tese que recomenda um entrosamento maior do movimento negro com os demais movimentos populares. Fez isso por assumir a visão segundo a qual o fim da discriminação não será alcançado enquanto perdurarem as estruturas sociais injustas que oprimem o conjunto dos trabalhadores. E também por saber que a própria luta contra os preconceitos de raça precisa ser encampada de forma ativa por todo o povo organizado, que jamais poderá levar às últimas consequências a batalha por sua emancipação se não romper radicalmente com as idéias que acabam jogando os oprimidos uns contra os outros.

Um manifesto político cobrando posição dos presidenciais

As entidades negras do Sul-Sudeste não deixaram de se posicionar com firmeza em relação aos temas políticos mais importantes da conjuntura. Elaboraram no encontro um Manifesto do Movimento Negro, que expressa suas propostas para superar a crise vivida pelo país e que será encaminhado aos presidenciais Lula, Brizola, Mário Covas e Roberto Freire. O documento posiciona-se a favor de teses progressistas fundamentais, como a suspensão do pagamento da dívida externa e a reforma agrária. Mas ao mesmo tempo apresenta reivindicações que calam fundo na consciência dos que se colocam contra a discriminação. Propõe o rompimento das relações diplomáticas que o Brasil mantém com a África do Sul, a intervenção estatal nas emissoras de rádio e TV para proibir veiculação de programas de conteúdo racista, e providências energéticas do Ministério da Educação para alterar currículos e material didático do ensino de todos os graus, eliminando os livros didáticos que difundam o preconceito e promovendo o estudo científico

do verdadeiro papel do negro na formação da sociedade brasileira.

Segundo o Encontro Sul-Sudeste é preciso que as entidades anti-racistas intervenham decididamente ainda na elaboração das Leis Orgânicas dos Municípios, que começa agora. Foi relatada a este respeito a experiência da Unegro, grupo cultural Olodum e ATCB, que participaram de forma incisiva na elaboração da Constituição baiana e obtiveram inclusão de um capítulo especial contra a discriminação, que chega a consagrar temas como a mudança da formação técnica dos policiais civis e militares, tradicionalmente preconceituosa.

Os participantes assumiram também sua importantíssima adesão ao processo que culminará, em 1991, com a realização de um Encontro Nacional de Entidades do Movimento Negro. Referendaram as decisões do Encontro do Norte-Nordeste, que prevêem a formação de uma Coordenação Nacional para preparar o evento, composta por 5 representantes de cada Estado. Aderiram à recomendação do encontro anterior segundo a qual a eleição desses delegados deve pautar-se pela unidade e pelo pluralismo, garantindo-se participação de todas as forças políticas que atuam nas lutas anti-racistas. Os representantes eleitos nos sete Estados que compõem a região formarão, por sua vez, a Coordenação Regional Sul-Sudeste do movimento negro.

Foi ponto de destaque no Encontro a participação de líderes negros do PCdoB, que há poucos meses realizou reunião nacional em que decidiu aprofundar sua presença no movimento. O vereador João Bosco, de S. José dos Campos e o ex-deputado Bédécarrats, de S. Paulo, intervieram seguidamente nos debates.

Outro fato que chamou a atenção foi a atuação da Unegro e de correntes como a re-

presentada pelo jornal "Maioria Falante", do Rio de Janeiro. Eles contribuíram para ressaltar a importância de uma compreensão que conjugue dialeticamente a luta contra o racismo com a batalha para pôr fim à dominação de classe instaurada pelo capitalismo. Este entendimento, aliás, ficou nítido na maioria das colocações feitas por representantes das entidades presentes.

Ainda por proposta da Unegro foram aprovadas três moções, visando a defesa do candomblé e o repúdio à perseguição que ele vem sofrendo por parte da "Igreja Universal do Reino de Deus"; o apoio à luta do povo angolano e o repúdio à Unita, braço negro do exército sul-africano que procura agora aproximação diplomática com o Brasil; e o apoio à Fundação para contruir na Ilha de Gorée, no Senegal, um memorial visando o intercâmbio entre negros africanos e americanos. A Ilha de Gorée, tombada pela ONU como patrimônio da humanidade, funcionou durante vários séculos como uma espécie de "entreposto" obrigatório para o tráfico de escravos rumo às Américas do Sul, do Norte e Central.

Encerrado com sucesso, o Encontro de Negros do Sul e Sudeste representa um incentivo fundamental à reorganização nacional da luta anti-racista. Ele marca a entrada em ação de um setor do movimento que nos últimos anos manteve-se menos ativo que as entidades do Nordeste, onde a luta cultural em defesa dos valores da negritude jamais deixou de ser travada com vigor. Mas ele ao mesmo tempo sinaliza que a partir de agora é possível contar com a força organizada dos militantes anti-racistas que atuam onde as contradições de evidentes e que por isso podem dar uma contribuição insubstituível à definição correta dos rumos políticos do movimento. (A.M.)

Vitória dos canavieiros em PE

Valdir Afonso

Marco Aurélio Albertim *

Uma ruidosa manifestação marcou a noite de sexta-feira, dia 6, quando o Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco pronunciou uma sentença considerada pelos sindicalistas como favorável às principais reivindicações dos assalariados da Zona da Mata do Estado. O tribunal também determinou que a volta ao trabalho só ocorreria na terça-feira, dia 10, após o feriado do dia anterior, e queimando o sábado, "em função das dificuldades de comunicação no meio rural".

No dia seguinte, os canavieiros desfilarão em arrastões e passeatas, como em São Lourenço da Mata e Rio Formoso, comemorando o resultado da greve. Já o comportamento dos patrões foi caracterizado pela arrogância e subestimação da força dos trabalhadores.

Greve massiva

Durante toda a semana de paralisação a greve foi se espalhando de município a município. No primeiro dia, 11 usinas estavam paradas, no segundo já eram quinze e, na sexta, dia 6, nem uma cana era moída nas 35 usinas do Estado.

Reconhecendo a força dos grevistas, em menos de 24 horas o TRT completou o julgamento da paralisação, fato até então inédito em Pernambuco. Durante as negociações, tanto a federação dos trabalhadores rurais (Fetape) como a confederação (Contag), percebendo a fragilidade dos argumentos patronais e a mesquinha dos usineiros, recusaram qualquer acordo, optando pelo julgamento do tribunal.

Originalmente, os trabalhadores vinham exigindo um salário de NCz\$ 600,00 como piso da categoria, mas pela sentença, a partir de agora o piso será de NCz\$ 486,10 por mês, sendo a diária de NCz\$ 16,20 e a semana de NCz\$ 113,40. No valor está contemplada a evolução integral do IPC de outubro do ano passado a setembro deste ano e mais 7% de produtividade — o mesmo percentual de lucro obtido pelos empresários com a privatização da exportação do açúcar. Este detalhe está sendo considerado inusitado, já que nenhuma categoria profissional conseguiu neste ano algo além de 4% a título de produtividade.

Por último, o tribunal concedeu a garantia de um salário sempre 10% superior ao mínimo, caso este último suba ao nível do atual piso de NCz\$ 486,10. Na avaliação dos dirigentes sindicais, foi outra importante vitória, visto que o piso obtido propiciou a conquista de outras reivindica-



A exploração dos assalariados pelos barões do açúcar poderá ser amenizada após a convenção coletiva deste ano

ções, como 5% do salário mínimo como salário família para cada filho com menos de 14 anos ou inválido sob qualquer critério, além do pagamento da hora extra 100% acima do valor da jornada normal.

Intransigência

Os patrões mantiveram-se inarredáveis na contraproposta de NCz\$ 414,00 de piso e agora prometem recorrer da sentença do TRT. Uma conquista apreciável dos canavieiros foi a estabilidade no emprego durante 90 dias a contar da publicação no Diário Oficial do acórdão do TRT. Também a mulher gestante não poderá ser demitida desde o início da gravidez até cinco meses após o parto.

Uma prática muito comum nos engenhos e usinas é o chamado **escape**, quando dias trabalhados ou mesmo tarefas executadas deixam de ser contabilizadas no pagamento do trabalhador, o que ocorre principalmente para quem recebe seu salário semanalmente. Na campanha anterior, ficou definido que o **escape** seria pago em dobro, mas não se estipulou prazo para pagamento. Agora o pagamento terá de ser feito em no máximo uma semana. É um avanço, embora ainda não seja uma garantia efetiva contra o **escape**, pois os barões do açúcar são mestres em encontrar meios de burlar os direitos dos canavieiros.

No dia 16 a usina de Santa Tereza, em Goiana, ainda não tinha efetuado o pagamento da semana anterior, o que deveria ter ocorrido dois dias antes, de acordo com o que foi

decidido na convenção. Coisa semelhante atingiu os trabalhadores dos municípios de Igarassu e São Lourenço da Mata, onde trabalham cerca de 5 mil canavieiros. Na manhã do dia 16 pipocaram vários paradeiros (paralisações isoladas), exigindo o respeito à convenção coletiva.

Elevada organização

De um total de 61 reivindicações, 59 foram aprovadas. Tal vitória explica-se, sobretudo, pelo elevado nível de organização dos assalariados. A greve deste ano, neste sentido, distinguiu-se das anteriores precisamente em função do grau de mobilização e organização da categoria. Os delegados sindicais tiveram uma participação destacada nos portões de engenhos e nas pontas de rua, locais em que as empreiteiras de mão-de-obra recrutam bóias-frias para substituir os grevistas.

Cada sindicato organizou o seu "comando". Os chamados "comandos", como ficaram conhecidos, percorreram engenho por engenho recolhendo ferramentas dos que se sentiam obrigados a trabalhar e mesmo dos indecisos. Durante toda a semana em que transcorreu a greve chegavam notícias de arrastões e passeatas em diversos municípios.

No engenho Camorim, em São Lourenço da Mata, os filhos dos canavieiros receberam aulas sobre a greve dos delegados sindicais. A ação da repressão, por outro lado, foi parcialmente minimizada depois do encontro entre o governador Arraes e o dirigente

da Contag, José Francisco, que obteve o compromisso de que a PM seria contida.

Ainda assim, ocorreram cenas de violência da PM e das milícias particulares contratadas pelos barões do açúcar. O trabalhador Nelson José da Silva, 53 anos, por exemplo, foi vítima de várias coronhadas de revólver, que lhe deixaram dois profundos cortes na cabeça, aplicadas pelo superintendente da usina Bom Jesus, conhecido por José Ma-

ria, que, em companhia de um jagunço e também armado, não gostou de ver o trabalhador andando pela estrada. Apesar do absurdo da violência deste caso, sem nenhuma justificativa plausível, é provável que José Maria continue impune, seguro pela arrogância e o poder dos barões do açúcar.

* correspondente da Classe em Recife

Também na Paraíba, acordo favorece os assalariados

Também na Paraíba, depois de uma intensa negociação iniciada dia 2 na Delegacia Regional do Trabalho e concluída dia 6, os canavieiros encerraram vitoriosamente sua campanha salarial, conforme a avaliação dos dirigentes sindicais.

A campanha contou com vários paradeiros (paralisações isoladas), um deles envolvendo 2 mil assalariados em Pedra do Fogo. O piso salarial da categoria passa a ser de NCz\$ 450,00, com a garantia salarial de 10% acima do salário mínimo, caso este venha a ser situar em patamar superior ao atual piso.

Os canavieiros conseguiram também a proibição da presença de capatazes armados nos locais de trabalho e a medição da cana através da vara foi abolida: o instrumento de medição, a partir de agora, será uma trena ou qualquer outro que conte com a aprovação do Instituto Nacional de Metrologia — Inmetro.

O transporte dos trabalhadores não poderá mais ser realizado em paus-de-arara, as empresas terão de contratar ônibus e tampouco poderão conduzir no mesmo veículo junto com os assalariados ferramentas, agrotóxicos ou adubos.

A campanha foi dirigida pelos 36 sindicatos de trabalhadores rurais do Estado, representantes da Fetag, da Contag, da Corrente Sindical Classista (CSC) e da CUT. Foi igualmente importante a participação de três advogados vinculados à Frente Brasil Popular, que apoiaram ativamente os canavieiros: Geraldo Sá, Caribaldi Pessoa e Romildo Ramalho.

O fim da campanha salarial dos canavieiros da categoria. Os trabalhadores continuam mobilizados, preocupados agora com o cumprimento do acordo coletivo. O movimento reivindicatório deste ano foi considerado pelos sindicalistas como mais organizado, forte e consciente do que o das campanhas anteriores. (da sucursal)

Metroviários preferem chapa da unidade

Terminaram dia 20 as eleições do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. Duas chapas concorreram: a "Chapa 1 — Unidade Metroviária", encabeçada pelo operador de trem Wagner Gomes, e integrada por militantes da Corrente Sindical Classista e da CUT; e a "Chapa 2 — Integração Metroviária", encabeçada pela funcionária da administração do Metrô, Maria Zélia Brito Souza, formada por orientação da empresa e com o apoio do "sindicalismo de resultados", de Medeiros e Magri.

Dos 8 mil metroviários de São Paulo, mais de 7 mil são sindicalizados, num dos maiores índices de associação ao sindicato em todo o país. A eleição teve início no dia 16, mas já no dia 18 — dois dias antes do final do pleito —, o quórum havia sido alcançado. Era nítida — no momento em que encerrávamos esta edição — a preferência pela chapa 1.

— "A Chapa 2 é financiada pela empresa. A sra. Maria Zélia sequer sabe qual é o piso salarial da categoria. Quando não está conchavando com a direção do Metrô, está tramando ataques ao sindicato junto com o Magri e o Medeiros", denuncia Wagner Gomes.

Processo democrático

A chapa "Unidade Metroviária" foi formada numa convenção da categoria, no mês de junho. Da convenção participaram 2 mil metroviários, que indicaram os nomes de seus integrantes, previamente escolhidos em reuniões por local de trabalho. A decisão da categoria era de que a eleição — antecipada de 1990 para outubro deste ano — tivesse chapa única.

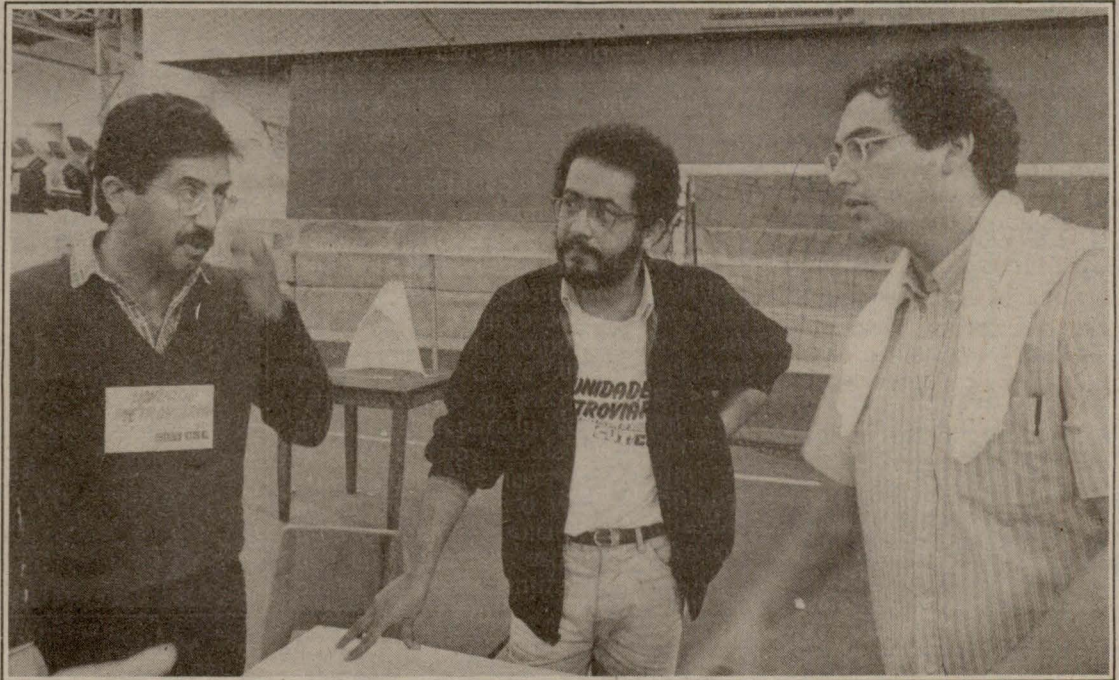
— "Foi quando a sra. Maria Zélia apareceu com sua chapa, mandada pelo Metrô. A chapa apresentou-se à

missão eleitoral de forma totalmente irregular. Mesmo assim, na busca de preservar o

processo eleitoral, resolvemos admiti-la na disputa", relembra Wagner.

A posse da nova diretoria está programada ainda para o mês de outubro

Jesus Carlos / Fôton



Wagner Gomes (ao centro), candidato a presidente pela chapa 1, diz que "a chapa 2 é da empresa"

Eletricitários: voto certo contra Magri

Enquanto fechávamos esta edição, transcorria o segundo turno das eleições para o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, previsto para os dias 18 e 19 de outubro. Predominava a tendência de repetição do resultado do primeiro escrutínio, que deu oposição na cabeça: a chapa 2, constituída por sindicalistas da CUT e da CSC, obteve 7.629 votos, contra 5.581 da chapa 1 e 2.136 dados à chapa 3.

Foi uma retumbante derrota do líder do sindicalismo de resultados, Antonio Rogério Magri, presidente de uma das alas em que se dividiu a CGT e

financiado pelo governo americano. Ele procurou atribuir o resultado, cinicamente, a um pretenso excesso de democracia que teria estimulado e permitido no primeiro turno e ressaltou que não seria tão generoso no segundo.

Magri realmente procurou dificultar as coisas. Matreiramente afastado do primeiro turno, assustou-se com o resultado do pleito e passou a dedicar tempo integral a manobras para impedir a confirmação da vitória da chapa oposicionista no segundo. Disse que pretendia proibir o acesso da oposição à lista de

eleitores — e de fato segurou o máximo que pôde tal lista, numa conduta flagrantemente ilegal, além de antidemocrática — e forçou os integrantes da chapa 3 a se posicionarem a favor da chapa 1. Os membros da tal chapa haviam se posicionado durante a campanha como oposição a Magri e à chapa 1, embora fazendo o jogo do líder do sindicalismo de resultados desde o início. O resultado do primeiro escrutínio, entretanto, expressou sobretudo o sentimento oposicionista, contrário à situação e ao Magri, majoritário na categoria. Por isto, deve se repetir.

Chapa 1 tem a simpatia dos aeroviários

Nos próximos dias 6, 7 e 8 de novembro, haverá eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo. A disputa envolve duas chapas: a *Chapa 1*, que tem a simpatia das empresas e se declara "nem de situação, nem de oposição", defende uma linha de atuação conciliadora, inspirada no "guru" da direita sindical no Brasil, Antonio Rogério Magri. Ele é o grande derrotado — embora não tenha se candidatado — do primeiro turno das eleições dos eletricitários de São Paulo, ocorrido nos dias 4 e 5 de outubro, onde saiu vitoriosa a Chapa 2, da CSC-CUT.

Coincidentemente, também a *Chapa 2* dos aeroviários, de oposição, é formada basicamente pela CUT e pela Corrente Sindical Classista. Ela está sendo encabeçada por

Valmir Paulo Ferreira, que revela no último boletim da *Chapa 2* que há um forte sentimento de oposição na categoria e prega que "a única saída é a união e organização consciente dos trabalhadores." Defende "uma direção combativa... que não tenha medo de enfrentar os patrões."

A oposição unida, propõe administrar o sindicato guiando-se por um projeto de gestão democrática, levando aos trabalhadores o que se passa na administração da entidade, apresentando a lisura de todos os atos da diretoria, rompendo assim, de uma vez por todas, com os velhos métodos dos pelegos que já dirigiram o sindicato por longos anos.

Além da moralização do sindicato, a *Chapa 2* assume o compromisso progressista de

mudanças profundas na ordem política e econômica do país, adotando para isso várias bandeiras do movimento popular favoráveis aos trabalhadores e aos interesses nacionais. É a primeira vez que a categoria aeroviária terá a oportunidade de dar um basta a sindicalistas de carreira, que visam somente manter a estabilidade no emprego e passar mais três anos no sindicato sem nada fazer pela luta dos trabalhadores, somada a oportunidade de também homologar o projeto de sindicato forte e moderno, em parte já presente, uma vez que a oposição unida obteve sua primeira vitória ao derrotar a direita em assembleia da categoria que aprovou a democratização dos estatutos, com a ampliação, inclusive, do número de componentes da diretoria do sindicato.

Oposição conquista comerciários em JP

A vitória da Chapa 2 na eleição para o Sindicato dos Comerciários de João Pessoa, na Paraíba, realizada dia 29 de setembro, pôs fim a um reinado de 32 anos de peleguismo sobre a entidade. A oposição obteve 734 votos contra 455 dados à Chapa 1, situacionista, vinculada à União Sindical Independente (USI).

A nova direção será empossada dia 28 de outubro. Reúne sindicalistas da Corrente Sindical Classista e da CUT, sendo encabeçada por João de Deus e tendo na vice-presidência José Nilson da Silva, que promete mudar radicalmente a orientação e atividades do sindicato.

Importância

O Sindicato dos Comerciários de João Pessoa é um dos mais importantes do Estado. Possui, na base, 25 mil assalariados. O número de sindicalizados é pequeno unicamente em função da gestão pelega do atual presidente da entidade, Wilson dos Anjos Galvão.

Além de não fazer nada em favor da sindicalização da categoria, ele, ao contrário, impôs vários obstáculos aos que tentaram fazer um movimento neste sentido, chegando a segurar e impedir novas filiações. Apesar disto, não conseguiu reduzir o sentimento oposicionista.

A eleição foi bastante movimentada e contou com grande participação da base. No dia 29, a vitória da oposição foi comemorada com uma passeata de mil trabalhadores para uma entusiasmada comemoração.

A galeria de derrotados no pleito não inclui apenas o pelego e seus companheiros da Chapa 1. As grandes empresas jogaram pesado em favor de Wilson dos Anjos, que foi financiado, entre outros, pelos grupos Jumbo/Pão de Açúcar e Bom Preço.

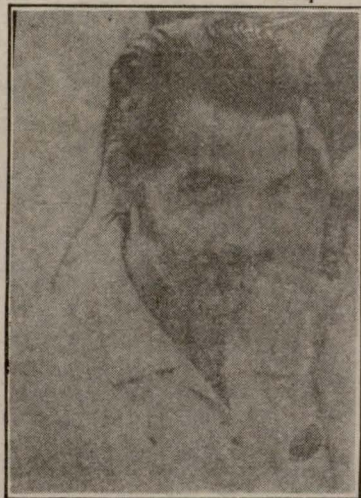
A nova gestão pretende realizar uma ampla campanha de sindicalização, de forma a democratizar o sindicato, promovendo nos próximos três anos 15 mil filiações. Ao lado disto, tenciona revogar os atuais estatutos da entidade que, de um autoritarismo a toda prova, concede ao presidente direito de cassar e expulsar sócios.

Os comerciários, conforme informações dos membros da Chapa 2, constituem uma das categorias mais brutalmente exploradas de João Pessoa. A maioria ganha menos do que um salário mínimo, é roubada sistematicamente em horas extras.

O sindicato não permanecerá mais alheio a tal realidade, mas estará ao lado dos trabalhadores na luta por melhores salários e também incentivando a participação ativa dos associados e do conjunto da categoria nas suas manifestações específicas, assim como nas batalhas mais gerais dos trabalhadores por melhores dias. Ao mesmo tempo em que contribuíram na luta para derrotar o pelego, os militantes do PCdoB, do PT e do PSB trataram de organizar um influente comitê da Frente Brasil Popular entre os comerciários. (da sucursal)

Rui Frazão, exemplo de luta.

Arquivo



Rui viveu muitos anos no vale do Pindaré. Desenvolveu o trabalho político da Ação Popular e tornou-se querido e respeitado pelo povo da região. Foi eleito, em 1971, dirigente nacional da então Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, passando a desenvolver outras atividades políticas. Posteriormente teve importância de relevo na incorporação da Ação Popular ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) do qual se tornou dirigente regional em Pernambuco.

Fazer política ligado aos problemas populares naquela época não era coisa fácil. Viviam-se sob o fascismo e o AI-5, um período de intensa perseguição a patriotas e democratas. Rui Frazão desapareceu no dia 27 de maio de 1974 na cidade de Petrolina (PE). Era uma manhã movimentada na feira da cidade (Rui era feirante na época), quando surgiram três policiais que o levaram para uma camionete preta. A partir de então começou a busca dos seus familiares e amigos pelo seu paradeiro. Rui Frazão não foi encontrado em nenhuma dependência da Polícia Federal e da Polícia Militar. Até hoje não se tem nenhuma notícia oficial sobre o paradeiro de Rui. Só se sabe, por intermédio de outros presos políticos, que ele foi assassinado. A família colocou a questão na Justiça e, após anos de luta, não conseguiu nenhuma informação sobre o desaparecimento de Rui.

O exemplo de bravura de Rui Frazão é de grande valia na história da luta do povo brasileiro. Ele protagonizou um dos mais belos exemplos de resistência à tirania de nossa história. É modelo para toda uma geração de estudantes, dos anos 60, que foi capaz de abrir mão dos interesses e aspirações meramente individuais e dedicar toda a sua vida à construção de uma saída revolucionária para a sociedade brasileira.

O nome de Rui merece também especial menção como pessoa de vasta cultura. Desde cedo entendeu e aplicou na prática a fusão da ciência social mais avançada, o marxismo, com a realidade concreta do desenvolvimento econômico-social do Brasil.

Vale destacar o exemplo de Rui numa época, como os dias atuais, em que as elites brasileiras não têm nenhum estofamento moral. O caso de um jovem, capaz de lutar e morrer pelas suas convicções tem que ser mostrado como exemplo para o resto da sociedade. Nesta homenagem a Rui, também fazemos uma denúncia e um repúdio ao fascismo, à repressão e ao sufoco das liberdades do qual Rui foi vítima.

da vida. Depois de três meses de prisão, ainda com a cabeça raspada, viajou para os Estados Unidos como bolsista da Haward University, onde participou de seminário sobre economia e desenvolvimento. Seu trabalho mereceu menção honrosa e em Nova Iorque, na Assembléia da ONU, pronunciou-se sobre torturas no Brasil. Quando retornou ao país não tinha mais condições de concluir seu curso de engenharia e foi forçado a abandoná-lo, mesmo cursando o quinto ano.

Tem início, nesse momento, a segunda fase da vida política de Rui Frazão. Volta ao Maranhão onde, por intermédio de concurso público, consegue um emprego de exator federal, que não duraria muito. Em 1966 é condenado a dois anos de prisão pela Justiça Militar por "agitação na classe estudantil", não restando outra saída senão a clandestinidade. A partir daí começa a sua atuação entre os trabalhadores rurais do Norte do Brasil.

Esta marca da vida política de Rui Frazão, de primeiro ter sido um líder estudantil e depois ter lutado entre os trabalhadores rurais do Maranhão, durou toda a sua vida e ainda hoje persiste naqueles que o conheceram. Os que tinham sido seus colegas de faculdade o viam como líder do movimento estudantil e presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia; os que o conheceram trabalhando no campo, sempre o viram também como um grande líder entre os camponeses. Começa a fazer parte, então, da organização política Ação Popular (AP), que se originou da Juventude Universitária Católica e atuara na clandestinidade.

Em 1968 casou-se com Felícia Moraes, na época estudante, com quem foi morar em Pindaré-Mirim, no Estado do Maranhão. No vale do Pindaré se destacou como dirigente que muito ajudou na luta dos trabalhadores da terra. A região era de colonização recente e para lá se dirigiram muitos nordestinos fugindo do latifúndio. A luta entre grileiros, colonos e latifundiários era intensa.

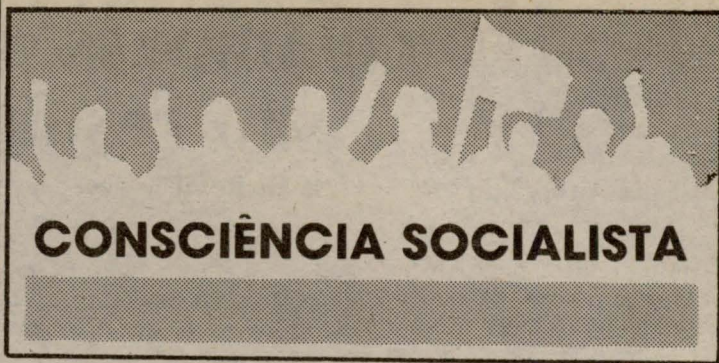
Há 15 anos, o dirigente regional do PCdoB em Pernambuco, Rui Frazão, foi capturado por forças militares e assassinado sob torturas. Se fosse vivo, Rui estaria completando agora em outubro 48 anos. Em sua homenagem o vereador do PCdoB em Recife, Renildo Calheiros, apresentou à Câmara Municipal projeto de lei dando a uma das ruas da cidade o nome de Rui Frazão. É também do vereador comunista a autoria deste artigo.

Rui Frazão nasceu em outubro de 1941 no Maranhão. Ainda criança mudou-se para o Rio de Janeiro e cinco anos após, com a morte do seu pai, voltou ao Maranhão. Lá estudou no Colégio Gilberto Costa e no Liceu Maranhense. Nesta época esteve envolvido na organização de uma banda musical que viajava pelo interior do Estado e já escrevia para os jornais tratando de temas sociais, como a situação do professorado.

Em 1960, então com 19 anos, Rui e sua família mudaram-se para o Recife, onde poderia prestar vestibular para a Escola de Engenharia, o que aconteceu em 1962. Recife nessa época era palco de grandes lutas políticas. As forças progressistas se viam fortalecidas com o afluxo das ligas camponesas e do movimento democrático. Nas Universidades o debate era intenso. Foi justamente nessa época que Rui teve contatos com a Juventude Universitária Católica (JUC) e conheceu seus amigos que o acompanharam ao longo do período do fascismo e da clandestinidade que viria com o golpe de 1964.

Quando aconteceu o golpe, em abril, Rui era líder estudantil de forte inclinação cristã. Foi preso e por três meses mantido incomunicável. Em 64 encerra-se a primeira fase da vida política de Rui. Até aquele momento era no Movimento Estudantil que desenvolvia sua atuação. Foi presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, hoje desmembrado em um diretório do ciclo básico e diversos diretórios de ciclo profissional, e teve participação ativa na vida de outros centros da Universidade.

Destacada também foi sua vida acadêmica. Com uma imensa fome de conhecimentos, Rui se distinguiu como pessoa de vasta cultura e, sobretudo, grande capacidade de unir aquilo que aprendia da ciência com as coisas práticas



Anticomunismo não amedronta o PCdoB

Rogério Lustosa*

A burguesia desde o início temia as eleições. Agora que seu boneco collarido desbotou, seus líderes tentam criar um clima de insegurança coletiva. Outros mostram os dentes e rosnam contra os comunistas. Quanto mais crescer a Frente Brasil Popular, mais pesada será a munição empregada pelos donos do poder na luta de classes.

Prestígio de massas

O anticomunismo é uma velha e esfarrapada bandeira dos poderosos. Quando as leis que elaboram não são suficientes para conter o movimento popular, acenam com o "perigo vermelho" como pretexto para sufocar a liberdade. Nos 100 anos de república isto tem sido rotina.

Mas hoje não está tão fácil reeditar a marcha com Deus de 1964. O povo aprendeu muito nos 21 anos de ditadura militar. O poderoso movimento de massas das diretas-já, as greves e manifestações contra o governo Sarney, as campanhas eleitorais e mesmo a atual campanha da sucessão elevaram em muito a consciência política dos trabalhadores.

Os comunistas, neste curto período de legalidade e de semi legalidade, apresentaram-se abertamente para o povo. Discutiram suas propostas, esclareceram muitas coisas da história. Tornaram-se conhecidos e queridos por enormes contingentes de trabalhadores. São considerados como gente séria e abnegados lutadores pelas causas populares e democráticas. Muitos dos candidatos do PCdoB ficaram nos primeiros lugares entre os eleitos nos últimos pleitos.

Sem temor

Isto não quer dizer que não se deva levar a sério as ameaças golpistas e as transformações em pauta são profundas, a reação burguesa será evidentemente

te dura. Os comunistas não cairão em atitudes arrogantes, radicais de palavras apenas. Nem tampouco se deixarão dominar pelo servilismo dos covardes. A resposta será no sentido de aprofundar as ligações com os trabalhadores, ampliar a mobilização de massas e elevar a consciência política do povo.

A candidatura de Lula, pela Frente Brasil Popular, será instrumento precioso nesta luta. Com ela, as forças progressistas têm a oportunidade de separar campos entre o povo e seus opressores. E de mostrar a falsidade dos reformistas tipo Roberto Freire que, para agradar aos donos do poder, tratam de dividir as forças de esquerda.

Os comunistas não temem a luta. E já demonstraram isto em 67 anos de existência do Partido. Se a burguesia se desespera, levantaremos mais alto nossos estandartes vermelhos. Levaremos a cada fábrica, a cada bairro ou povoado, a nossa mensagem: o candidato dos comunistas é Lula. Porque é o único capaz de unir o povo e derrotar as elites.

A luta educa

Lênin indicava com muita clareza: "Só a luta educa a classe explorada — só a luta lhe revela a grandeza de suas forças, alarga seus horizontes, aumenta as suas capacidades, esclarece sua inteligência e tempera sua vontade".

Os comunistas representam o que há de mais avançado, mais ativo e pensante em nossa sociedade. O Partido Comunista é, por sua teoria marxista-leninista e por sua prática proletária, fator essencial para a revolução e para a libertação do proletariado. O Partido empenhará todas as suas forças para a vitória da Frente Brasil Popular, visando esclarecer e temperar os trabalhadores para as transformações maiores que o processo revolucionário exige.

*da direção nacional do PCdoB

Os impasses da Alemanha Oriental são resultado do revisionismo

Luiz Aparecido *

Os jovens fogem

Até há pouco, muitos pensavam que o vendaval da **Pe-restroika** que varre o Leste europeu passaria ao largo da Alemanha Oriental. Mas de um mês para cá os observadores menos lúcidos viram as portas do revisionismo se escancararem. Mais de 50 mil pessoas ocuparam embaixadas em outros países, lotaram trens e procuravam fugir para o ocidente. Na segunda-feira passada, em Leipzig, 100 mil marcharam como em Pequim há alguns meses, pedindo liberdade e reformas econômicas.

Era o fim do que se acostumou chamar de força "socialista" alemã oriental. O país mais desenvolvido do Leste europeu depois da União Soviética, mas dela dependente, como os demais países do bloco revisionista, demonstra que sem o verdadeiro socialismo país nenhum consegue progredir e avançar. Abrir as portas ao capitalismo, por menor que seja a fresta, acaba por criar a necessidade de mais abertura e as contradições de um regime híbrido se escancararam.

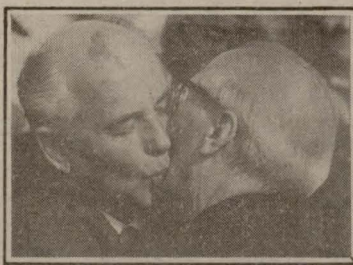
Foi o que ocorreu na União Soviética, na Hungria, Polônia e China, principalmente, e agora estoura na Alemanha Oriental e vai atingir seguramente a Tchecoslováquia, a Romênia, a Bulgária e o que resta de base socialista nos países que escolheram o revisionismo e as reformas neoliberais, em vez de seguirem em frente com a construção do socialismo. Na Polônia e na Hungria, não há mais sequer máscara, seus líderes escolheram o caminho descarado do capitalismo. Oficializaram a destruição do que deveria ser o partido que conduziria a construção do socialismo e realizaram as reformas básicas que permitem, sem meandros, a reconstrução do capitalismo.

Os jovens alemães orientais escolhem a rota da fuga do país, pois não encontram ali a pseudoliberalidade que oferecem os países capitalistas. Na Alemanha Oriental eles tinham escola, moradia, emprego, um nível de vida que no Leste europeu é considerado bom. Mas viviam num regime que não era nem socialista de verdade nem totalmente capitalista, como se conhece no ocidente.

A influência das reformas capitalistas na Polônia, Hungria e principalmente na União Soviética, começou a se tornar forte entre a oposição liderada pela Igreja Luterana e os grupos que sempre combateram a construção do socialismo. E sob a onda de fuga de jovens do país, o chefe das reformas capitalistas do Leste, Gorbachov, visita a Alemanha e coloca mais lenha na fogueira, aconselhando Erick Honnecker a realizar as reformas, que ele já realiza na União Soviética.

Era a senha, a palavra de ordem que todos esperavam para começar as manifestações por mudanças. Pipocaram manifestações em Berlim, Leipzig e outras grandes cidades alemãs. Rapidamente criaram o Novo Fórum, entidade para liderar as manifestações por reformas e dialogar com o governo. Honnecker, que no início dizia que iria reprimir, já mudou o tom de sua conversa e autoriza líderes do que chamam de PC para conversar com a oposição. Agora promete realizar as reformas que não alterem a face "socialista do regime".

A líder do Novo Fórum, Barbara Bohley, diz que o que querem mesmo é reformas econômicas e "liberdade". Além do Novo Fórum, lidera as manifestações a Igreja Luterana, que sempre se manifestou contra a construção do socialismo e serviu como palanque para os que combatiam o regime, desde os tempos em



Sem rumo certo, manifestantes protestam enquanto os revisionistas se beijam

que ainda se pensava realmente em fazer da Alemanha Oriental um país socialista.

O que chamam de PC alemão, desde há muito não é mais um partido comunista e as idéias mais estranhas ao socialismo grassam em suas fileiras, aliás, como acontece em todos os partidos do Leste europeu.

O exemplo da Polônia, da Hungria e da própria União Soviética vai acabar prevalecendo na Alemanha Oriental. De nada adianta Erick Honnecker esbravejar e dizer que seu regime híbrido vai continuar, apenas dando mais liberdade ao povo. As reformas estão em marcha sob o comando do próprio aparelho do partido oficial alemão. A menos que a classe operária e os setores ainda revolucionários da sociedade alemã se reorganizem e passem a lutar para reconstruir o partido comunista alemão e breçar as reformas capitalistas. Isso já começa a acontecer na União Soviética,

na própria Polônia e na Hungria. Afinal, onde houver explorados, haverá revolta. Não

tem capitalismo nem revisionismo que dê jeito nisso.

* colaborador da Classe

Os 10 anos de luta do PC Chileno (AP)

O presidente do PCdoB, João Amazonas, enviou mensagem ao Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) por ocasião do seu 10º aniversário. Publicamos a íntegra da mensagem:

"Por motivo da passagem do 10º aniversário de fundação do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária), que ocorrerá em 7 de novembro, enviamos aos prezados camaradas nossas calorosas e fraternas saudações.

O surgimento do PC Chileno (AP) é uma vitória do movimento revolucionário andino e mundial. Emergiu da luta contra o revisionismo contemporâneo inimigo do socialismo e contra a ditadura sangüinária de Pinochet. Em condições muito difíceis defendeu o marxismo-leninismo e os interesses vitais da classe operária. Resistiu na clandestinidade do banditismo fascista, construiu suas bases de apoio e ajudou a esclarecer e organizar os trabalhadores e o povo.

"Hoje, o PC(AP), aplicando uma orientação política justa e adequada, une-se às correntes democráticas para pôr fim à ditadura e conquistar espaços necessários ao avanço das forças revolucionárias.

ao marxismo-leninismo, ao socialismo científico. A traição aos ideais revolucionários é aplaudida freneticamente pela burguesia, que lança feroz campanha anti-comunista. O movimento revolucionário proletário mundial está chamado a desmascarar sem piedade os renegados do marxismo e a repelir a ofensiva ideológica do capitalismo e de seus sequazes. Mais do que nunca impõe-se a defesa dos ideais imprecáveis de Marx, Engels, Lênin e Stálin, de Enver Hoxha e de todos os combatentes resolutos do comunismo. O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária), irmanados ao Partido do Trabalho da Albânia e aos partidos marxistas-leninistas, estão empenhados nessa batalha de conseqüências transcendentes para o futuro da Humanidade.

"Recebam nossas felicitações pelos êxitos alcançados. Fazemos votos de novos sucessos na luta pela democracia e pelo socialismo.

"Viva o 10º aniversário do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária).
Fundação Maurício Grabóis
João Amazonas, pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

Argentina: Acordo de bandidos

Após um jantar com o golpista Mohamed Ali Seineldín — coronel que liderou uma rebelião de carapintadas contra o governo Alfonsín — o presidente Carlos Saúl Menem assinou, dia 7 de outubro, o indulto que beneficiou 39 criminosos da "guerra suja", 174 carapintada e três chefes da Guerra das Malvinas, além de 64 opositores da ditadura militar que ainda estavam presos.

A sociedade argentina recebeu com apreensão a notícia de que os militares criminosos estarão, a partir de agora, cir-

culando livremente pelo país — a maioria, reintegrada a postos de mando nas Forças Armadas. Um mês antes, em 9 de setembro, mais de 200 mil argentinos haviam realizado uma manifestação contra o indulto. Antes de libertar da cadeia os militares, Menem viajou aos Estados Unidos para escutar os conselhos do governo norte-americano.

Durante a campanha eleitoral que o levou à presidência da República, Menem silenciou sobre a questão dos militares. Em 3 de setembro de 1986, quando era governador

de La Rioja, chegou a escrever num jornal: "Não ao ponto final, não à lei do esquecimento, não à impunidade. É um dever moral e ético levar a julgamento os que violaram os direitos humanos, violentaram as instituições e mergulharam a Argentina na decadência, os genocidas que massacraram 30 mil compatriotas durante a tirania..."

Depois de eleito, soltou as feras na rua, num desafio expresso aos democratas de toda a América Latina e colocando em risco a vida política de seu país.

Alfaiates: uma rebelião popular

A Conjura dos Alfaiates completa 190 anos do seu desfecho. Embora desprezada pela historiografia oficial, foi dos movimentos de maior relevância do período colonial e o que sem dúvida contou com maior participação popular.

Rosane Montiel

No dia 12 de agosto de 1798 os baianos de Salvador tiveram uma surpresa ao despertar: nas paredes e muros dos lugares de maior concentração popular havia boletins de caráter revolucionário, conclamando o povo a apoiar uma república igualitária e libertária. Foi a primeira manifestação pública de um processo que fora iniciado no ano anterior.

Num primeiro momento, as discussões foram realizadas por um grupo de intelectuais que, influenciados pelos ideais iluministas e pela revolução francesa, haviam fundado a sociedade secreta "Cavalheiros da Luz". Entre eles destacavam-se as atuações do padre Agostinho Gomes, do médico Cipriano Barata e dos tenentes José Gomes de Oliveira Borjes e Hermógenes de Aguiar Pantoja, responsáveis em grande parte pela divulgação dos ideais entre populares. Entretanto, devido aos interesses de classe, enquanto proprietários ligados ao domínio escravista, o trabalho político destes intelectuais não se radicalizou. Muitos adiaram sua participação aguardando a vinda dos franceses.

A ação revolucionária da conjura foi assumida pelo contingente de mulatos ligados a profissões urbanas, soldados, ex-escravos e escravos. Ganhando a direção do movimento, encontraram nas "idéias francesas" a expressão de uma revolta latente e surda, curtida nos porões e senzalas e

que em vários momentos explodia em manifestações caóticas. Era a própria estrutura da sociedade colonial que estava em jogo, para os dominados pelo jugo branco.

Cabe notar que o século XVIII representou um período de grandes transformações econômicas e sociais. O movimento de 1798 participa de um quadro histórico rico e complexo, no qual observamos a linha universal das revoluções democrático-burguesas, a profunda contradição entre a velha ordem de exploração colonial mercantilista e a nova ordem capitalista, a luta dos brasileiros pela autonomia nacional e o drama da discriminação em uma sociedade altamente comprometida pelo sistema de trabalho escravo.

Dentre os movimentos coloniais do período, a conjura baiana destaca-se não apenas pela grande participação de negros e mulatos, mas também "pelo seu programa e suas metas a alcançar", como coloca Clóvis Moura em "Rebeliões da Senzala". As principais reivindicações apresentadas nos boletins sediciosos eram: independência da Capitania; governo republicano; liberdade de comércio e abertura de todos os portos; libertação dos escravos e elevação dos salários — "cada soldado terá um soldo de 200 réis".

Após a divulgação dos boletins e das primeiras delações, a Coroa Portuguesa e o governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, comecem a tomar as providências necessárias para sufocar a revolta. A 17 de agosto

iniciam-se as devassas, que estenderam seus interrogatórios até 1799, quando foram condenados à morte cinco dos principais líderes: Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas do Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira, João de Deus do Nascimento e Luís Pires. Os demais acusados foram condenados ao banimento e ao açoite. Dos 54 réus, 23 eram mulatos que ocupavam posições muito baixas na escala social, 10 eram escravos, 4 tinham nascido escravos e mais tarde alforriados e os demais eram soldados ou artesãos, sendo vários alfaiates. A elite branca dos momentos iniciais não sofreu quase nada, mesmo porque boa parte dela se afastara das manobras conspiratórias. Os poucos implicados valeram-se do dinheiro e do prestígio que gozavam para escapar às punições. Mesmo assim cabe ressaltar a importância da sua atuação.

A revolta dos Alfaiates não passou de um projeto, mas foi, segundo Clovis Moura, do ponto de vista do conteúdo político e definição programática, o mais profundo acontecimento que antecedeu a Independência. "A participação do escravo tinha por isso mesmo um grau de coerência que advinha da coincidência de interesses das camadas de artesãos que a estruturavam e a classe escrava".

O estudo da Conjura dos Alfaiates é de grande atualidade, pois formou-se entre os historiadores e a sociedade em geral o mito de que os processos históricos no Brasil constituem-se por uma sucessão de fatos produzidos como passes de mágica pelos heróis e vilões — sem luta política ou de idéias, envolvimento das massas e, muito menos, "deramamento de sangue".

Arquivo

Segundo essa lógica, o processo de independência do Brasil é apresentado a partir do fato em si: "O grito do Ipiranga" é no máximo vinculado à continuidade dos ideais suscitados pela Inconfidência Mineira. Por muito tempo essa historiografia e os manuais de ensino voltaram-se para a construção da versão dos vencedores. Desinteressados, deixaram parte relevante dos acontecimentos nas entrelinhas.

Nos últimos anos, contudo, as lutas sociais recolocaram a

importância do papel que desempenhou o povo nos processos políticos. Assim, a historiografia passou a preocupar-se com o resgate da participação dos diversos setores da população, em especial das camadas subalternas de homens livres, mulatos e escravos.

É o caso da Conjura dos Alfaiates que teve grande papel na formação da consciência popular, repercutindo posteriormente em outras manifestações políticas, como por exemplo a Insurreição Pernambucana de 1817.

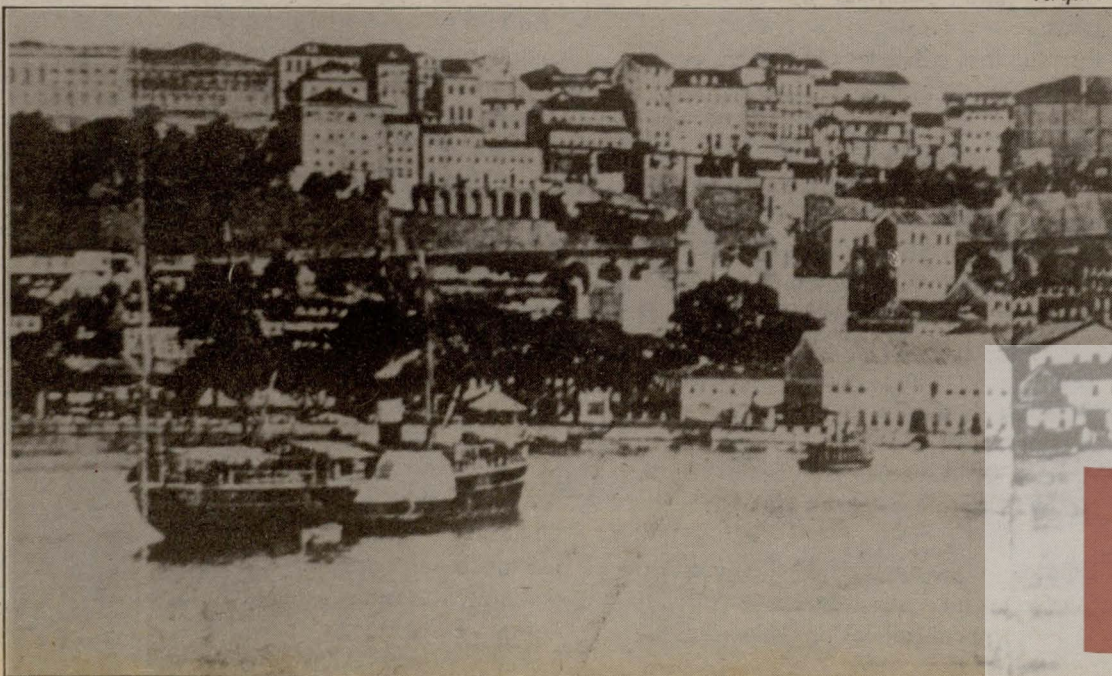
A Conjura dos Alfaiates foi dos episódios que precederam a proclamação da independência, o que melhor representou os anseios de liberdade do povo. Nos documentos que restaram podemos observar com clareza a consciência e a determinação dos conjurados quanto aos seus projetos e nestes a penetração dos conceitos liberais e iluministas. Publicamos aqui, conservando a grafia e a linguagem da época, a íntegra de um dos boletins sediciosos que melhor sintetiza as preocupações dos revoltosos. O texto foi retirado dos Anais do Arquivo Público da Bahia, volume XXXV (Autos da Devassa).

Avizo ao Clero e ao povo bahiense indouto

O Poderoso e Magnífico Povo Bahiense Republicano desta cidade da Bahia Republicana considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas, tributos e direitos que são celebrados por ordem da Rainha de Lisboa, e no que respeita a inutilidade da escravidão do mesmo povo tão sagrado e Digno de ser livre, com respeito a liberdade e a igualdade ordena manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o pecimo jugo ruivavel da Europa; segundo os juramentos celebrados por trezentos e noventa e dous Dignissimos Deputados Representantes da Nação em consulta individual de duzentos e oitenta e quatro Entes que adoptão a total Liberdade Nacional; contida no geral receptaculo de seiscentas setenta e seus homens segundo o prelo acima referido. Portanto faz saber e da ao prelo que se axão as medidas tomadas para o socorro Estrangeiro, e progresso do Comércio do Açúcar, Tabaco e pau brazil e todos os mais generos de negocio e mais viveres; com tanto que aqui virão todos os Estrangeiros tendo porto aberto, mormente a Nação Francesa, e manda o Povo seja punido com pena vil para sempre todo aquele Padre regular e

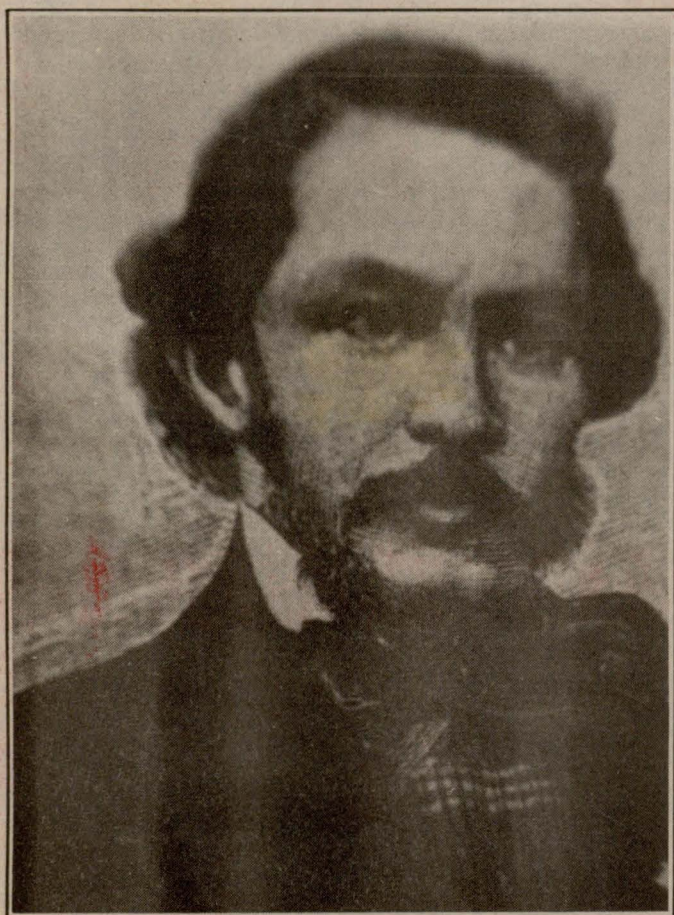
não regular que no pulpito, confegionario, exortação, conversação, por qualquer forma, modo e maneira persuadir aos ignorantes, fanaticos e ipocritas; dizendo que he inutil a liberdade Popular; também será castigado todo aquele homem que cair na culpa dita não havendo isenção de qualidade para o castigo. Quer o Povo que todos os Membros militares de Linha, milicias e ordenanças; homens brancos, pardos e pretos, concorrão para a Liberdade Popular; manda o Povo que cada hum soldado perca de soldo dous tustõens cada dia, alem das suas vantagens que serão relevantes. Os officiais terão aumento de posto e soldo, segundo as Dietas: cada hum indagará quaes sejam os tiranos opositos a liberdade e estado livre do Povo para ser notado. Cada hum deputado exercera os actos da igreja para notar qualquer seja o sacerdote contrario a liberdade. O Povo será livre de dispotismo do rei tirano, ficando cada hum sujeito a Leis do novo Codigo e reforma de formulario: será maldito da sociedade Nacional todo aquele ou aquela que for inconfidente a Liberdade coherente ao homem, e mais agravante será a culpa havendo dolo ecle-

O Povo



A cidade de Salvador, palco da rebelião popular dos alfaiates

Gonçalves Dias



Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar — sozinho, à noite
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

O dia 3 de novembro registra os 125 anos de morte — num naufrágio em mares do Maranhão — de Antônio Gonçalves Dias, poeta romântico e indianista. Mestiço, estudou no Brasil e Portugal. Cultivou o teatro, a filologia, a etnografia e a história. Chegou a escrever um “Dicionário da língua tupi”. Conhecido por seu indianismo, apoiou a luta contra a escravidão. Em vida, seus livros foram publicados inclusive na Alemanha. Atualmente está condenado às antologias escolares, sem que sua obra tenha condições de chegar ao grande público em edições recentes. Reproduzimos aqui seu mais famoso poema, “Canção do exílio”, publicado em 1847, “Deprecação” e a parte final do “I-Juca-Pirama”, este de 1857.

Deprecação

Tupã, ó Deus grande! cobriste o teu rosto
Com denso velame de penas gentis;
E jazem teus filhos clamando vingança
Dos bens que lhes deste da perda infeliz!

Tupã, ó Deus grande! teu rosto
descobre:
Bastante sofremos com tua vingança!
Já lágrimas tristes choraram teus filhos,
Teus filhos que choram tão grande
mudança.

Anhangá impiedoso nos trouxe de longe
Os homens que o raio manejam
cruentos.
Que vivem sem pátria, que vagam sem
tino
Trás do ouro correndo, voraces,
sedentos.

E a terra em que pisam, e os campos e
os rios
Que-assaltam, são nossos; tu és nosso
Deus:
Por que lhes concedes tão alta pujança,
Se os raios de morte, que vibram, são
teus?

Tupã, ó Deus grande! cobriste o teu
rosto
Com denso velame de penas gentis;
E jazem teus filhos clamando vingança
Dos bens que lhes deste da perda infeliz.

Teus filhos valentes, temidos na guerra,
No albor da manhã quão fortes que os
vi!
A morte pousava nas plumas da frecha,
No gume da maça, no arco Tupi!

E hoje em que apenas a enchente do rio
Cem vezes hei visto crescer e baixar...
Já restam bem poucos dos teus, qu'inda
possam

Dos seus, que já dormem, os ossos
levar.

Teus filhos valentes causavam terror,
Teus filhos enchiam as bordas do mar,
As ondas coalhavam de estreitas igaras,
De frechas cobrindo os espaços do ar.

Já hoje não caçam nas matas frondosas
A corça ligeira, o trombudo quati...
A morte pousava nas plumas da frecha,
No gume da maça, no arco Tupi!

O Piaga nos disse que breve seria,
A que nos infliges cruel punição;
E os teus inda vagam por serras, por
vales,
Buscando um asilo por ínvio sertão!

Tupã, ó Deus grande! descobre o teu
rosto:
Bastante sofremos com tua vingança!
Já lágrimas tristes choraram teus filhos,
Teus filhos que choram tão grande
tardança.

Descobre o teu rosto, ressurjam os
bravos,
Que eu vi combatendo no albor da
manhã;
Conheçam-te os feros, confessem
vencidos
Que és grande e te vingas, qu'és Deus, ó
Tupã!

I-Juca-Pirama

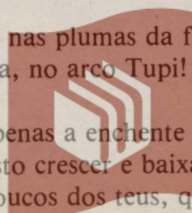
Um velho Timbira, coberto de glória,
Guardou a memória
Do moço guerreiro, do velho Tupi!
E à noite, nas tabas, se alguém duvidava
Do que ele contava,
Dizia prudente: — “Meninos, eu vi!”

“Eu vi o brioso no largo terreiro
Cantar prisioneiro
Seu canto de morte, que nunca esqueci:
Valente, como era, chorou sem ter pejo;
Parece que o vejo,
Que o tenho nest'hora diante de mi.

“Eu disse comigo: ‘Que infâmia
d'escravo!’
Pois não, era um bravo;
Valente e brioso, como ele, não vi!
E à fé que vos digo: parece-me encanto
Que quem chorou tanto,
Tivesse a coragem que tinha o Tupi!”

Assim o Timbira, coberto de glória,
Guardava a memória

Do moço guerreiro, do velho Tupi.
E à noite nas tabas, se alguém duvidava
Do que ele contava,
Tornava prudente: “Meninos, eu vi!”



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois